

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

MONOGRAFIA DE FINAL DE CURSO

Reflexos da falta de coordenação macroeconômica no
intercâmbio comercial Brasil-Argentina no contexto do
Mercosul

Gustavo Junqueira de Sousa Leal

Matrícula: 0412304

Orientadora: Sandra Rios

Orientador da disciplina: Márcio Garcia

06/2008

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

MONOGRAFIA DE FINAL DE CURSO

Reflexos da falta de coordenação macroeconômica no
intercâmbio comercial Brasil-Argentina no contexto do
Mercosul

Gustavo Junqueira de Sousa Leal

Matrícula: 0412304

Orientadora: Sandra Rios

“Declaro que o presente trabalho é de minha autoria e que não recorri para realizá-lo, a nenhuma forma de ajuda externa, exceto quando autorizado pelo professor tutor”.

06/2008

“As opiniões expressas neste trabalho são de responsabilidade única e exclusiva do autor”.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é demonstrar que a falta de coordenação macroeconômica entre os dois principais países do Mercosul, Brasil e Argentina, refletiu em seu intercâmbio comercial bilateral, atrapalhando, assim, a evolução do processo de integração regional.

Em 1991, a Argentina buscou sua estabilidade econômica através do Plano de Conversibilidade que atrelava o peso ao dólar americano funcionando como um sistema de *currency board*. Em 1994, a partir do Plano Real, o Brasil foi capaz de enfrentar e combater as expectativas inflacionárias dos agentes econômicos caracterizado, diferentemente de seu vizinho, por um modelo de *crawling peg*. Os distintos caminhos seguidos pelos dois parceiros em virtude das diferentes características dos programas de estabilização adotados foram determinantes para a falta de coordenação macroeconômica, dificultando a consolidação de um processo de integração mais profundo do Mercosul.

Como consequência desta assimetria, medidas compensatórias foram adotadas com a finalidade de atenuar os reflexos desta falta de alinhamento macroeconômico, mais recentemente, ilustrado pelo caso do Mecanismo de Adaptação de Competitividade (MAC).

Não se pretende criticar a formação do bloco e sua relevância, mas sim, propiciar discussões que contribuam para o debate sobre as políticas que podem ajudar este adolescente no alcance de uma maturidade mais integrada e desenvolvida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, principalmente, aos meus pais Carlos Eduardo e Maria Bernadette, por proporcionarem uma educação sólida e viabilizarem a conclusão de mais uma fase de minha vida.

Agradeço também ao meu irmão devido ao apoio e companheirismo, além de ser um grande exemplo a ser seguido.

Agradeço, de forma especial, a todos os meus amigos e familiares que estiveram ao meu lado tanto nos momentos alegres quanto difíceis e que, sem dúvida nenhuma, fazem parte da minha formação e desenvolvimento.

Agradeço também a todos os meus professores que ajudaram muito, ao longo desses anos, na minha formação acadêmica. Em especial a Sandra Rios por ter me orientando com muita dedicação.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	9
SEÇÃO I - Introdução ao conceito de integração comercial, compreendendo a discussão sobre coordenação macroeconômica e criação do Mercosul.....	
	11
1) Integração comercial	12
a) Coordenação macroeconômica.....	13
b) Criação e desenvolvimento do Mercosul.....	16
SEÇÃO II - Evolução comercial do Mercosul em quatro grandes momentos: primeiros anos; auge do bloco; período de crise; recuperação e novos desafios.....	
	21
2) Evolução comercial do Mercosul	22
A) Os primeiros passos do bloco: 1991-1994.....	22
B) Crescimento e auge: 1995-1998	26
C) Momento de crise: 1999-2002.....	28
D) Recuperação e novos desafios: 2003-2005.....	30
SEÇÃO III - Programas de estabilização macroeconômica realizados no Brasil e na Argentina, inserido no contexto de integração regional desde os anos noventa	
	35
3) Programas de estabilização econômica	36
A) Brasil: Plano Real e suas características.....	37
B) Argentina: Plano de Conversibilidade e seus impactos.....	41
C) Confronto das políticas macroeconômicas adotadas	44
SEÇÃO IV - Impactos dos programas de estabilização e reflexos da falta de coordenação macroeconômica no intercâmbio comercial bilateral Brasil-Argentina.....	
	53
4) Reflexos da falta de coordenação macroeconômica no intercâmbio comercial bilateral Brasil-Argentina	54
A) Contencioso bilateral Brasil-Argentina	54
B) Exercício econométrico	67

SEÇÃO V - Medidas compensatórias adotadas pelos dois países no âmbito comercial como forma de atenuar suas diferentes características macroeconômicas.....	70
5) Medidas protecionistas	71
A) Mecanismo de Adaptação de Competitividade	72
CONCLUSÃO.....	76
APÊNDICE	77
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	81

LISTA DE TABELAS

- Tabela 1 – Fluxo anual de comércio intra e extra Mercosul
- Tabela 2 – Intercâmbio comercial Brasil-Mercosul
- Tabela 3 – Participação (%) no total dos produtos exportados Brasil-Mercosul
- Tabela 4 – Participação (%) no total dos produtos importados Brasil-Mercosul
- Tabela 5 – Comércio intra e extra Mercosul
- Tabela 6 – Participação (%) no total dos produtos importados Brasil-Mercosul
- Tabela 7 – Desempenho comercial do Mercosul
- Tabela 8 – Exportações totais dos países do Mercosul
- Tabela 9 – Exportações e importações dos países do Mercosul
- Tabela 10 – Comércio intra e extra Bloco
- Tabela 11 – Evolução da inflação e do PIB na Argentina
- Tabela 12 – Indicadores macroeconômicos selecionados
- Tabela 13 – Crescimento anual do PIB (preços constantes de 1995)
- Tabela 14 – Índice de preços ao consumidor (taxas anuais)
- Tabela 15 – Crescimento médio anual do PIB *per capita*
- Tabela 16 – Evolução do IPCA no Brasil
- Tabela 17 – Evolução do câmbio real efetivo (Base: 2000 = 100)
- Tabela 18 – Evolução da balança comercial Brasil-Argentina
- Tabela 19 – Evolução da balança comercial Brasil-Argentina
- Tabela 20 – Evolução do câmbio real efetivo (Base: 2000 = 100)
- Tabela 21 – Resultado do Setor Público em Proporção do PIB
- Tabela 22 – Dívida externa / exportação de bens e serviços (%)
- Tabela 23 – Saldo em conta corrente como proporção do PIB
- Tabela 24 – Evolução do comércio do contencioso bilateral Brasil-Argentina
- Tabela 25 – Exportação brasileira de calçados do contencioso para a Argentina
- Tabela 26 – Categorias do setor têxtil contido no contencioso
- Tabela 27 – Exportação Brasil-Argentina de têxtil do contencioso (variação ano a ano)
- Tabela 28 – Regressão 1 (Variável dependente: exportação Brasil-Argentina)
- Tabela 29 – Regressão 2 (Variável dependente: importação Brasil-Argentina)

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Comércio total do Mercosul

Gráfico 2 – Comércio extra-bloco dos países do Mercosul

Gráfico 3 – Razão comércio intra-bloco / comércio total no Mercosul

Gráfico 4 – Evolução do comércio de bens intra e extra Mercosul

Gráfico 5 – Taxa de inflação (IGP-DI)

Gráfico 6 – Taxa de inflação acumulada em 12 meses (Média do IGP, INPC e IPC-Fipe)

Gráfico 7 – Taxa de câmbio nominal (R\$/US\$)

Gráfico 8 – Evolução da taxa de câmbio peso argentino / dólar americano

Gráfico 9 – Exportações Brasileiras para a Argentina do Contencioso (valor)

Gráfico 10 – Importações Brasileiras para a Argentina do Contencioso (valor)

Gráfico 11 – Exportação Brasileira de Papel e Celulose para a Argentina

Gráfico 12 – Exportação Brasileira de Calçados para a Argentina (quantidade)

Gráfico 13 – Exportações brasileiras de produtos têxteis do contencioso (valor)

Gráfico 14 – Importação Brasileira da Argentina de Brinquedos (valor)

Gráfico 15 – Exportação Brasileira de Brinquedos (valor)

Gráfico 16 – Exportação Brasileira de Brinquedos (quantidade)

Gráfico 17 – Evolução das exportações de fogões e geladeiras (quantidade)

INTRODUÇÃO

No dia 26 de março de 2008, o Mercosul completou dezessete anos de idade e como qualquer adolescente precisará definir seu caminho rumo à maturidade. O objetivo do presente trabalho é demonstrar que a integração comercial regional tem-se apresentado muito aquém das intenções iniciais do bloco. Para tanto, sustenta-se a hipótese de que as diferentes escolhas políticas e econômicas de Brasil e Argentina, no período, foram determinantes para a falta de coordenação macroeconômica entre os principais parceiros do Mercosul, dificultando, assim, a consolidação de um processo de integração mais profundo.

Tratando-se dos dois países de maior relevância no Mercosul, o trabalho concentra-se apenas na evolução dos indicadores macroeconômicos e na relação comercial de Brasil e Argentina. Evidentemente existem outros fatores que atrapalham o desenvolvimento do bloco, contudo, a falta de coordenação macroeconômica entre os dois principais membros é, de acordo com a literatura, um motivo expressivo. A partir dos dados coletados e expostos ao decorrer da monografia, pretendo comprovar a falta de harmonização das políticas, reforçando a preocupação apresentada.

A fim de confirmar a hipótese aventada acima, esta monografia compõe-se de cinco seções. A primeira apresenta o conceito de integração comercial, inserindo na discussão a importância de uma coordenação das políticas macroeconômicas dos países envolvidos para seu sucesso. Além disso, esta seção trata dos principais fatos que marcaram o processo de criação e desenvolvimento do Mercosul.

A seção II proporciona fotografias dos diferentes momentos comerciais do bloco como os primeiros anos, o auge, a crise e o período de recuperação.

Em seguida, na seção III, são apresentados os principais programas que proporcionaram a estabilização econômica nos dois países em questão e sua evolução até períodos mais recentes. Em 1991, a Argentina buscou sua estabilidade através do Plano de Conversibilidade que atrelava o peso ao dólar americano funcionando como um sistema de *currency board*. Anos mais tarde, em 1994, o Brasil desenvolvia o Plano Real que foi capaz de enfrentar e combater as expectativas inflacionárias dos agentes econômicos caracterizado, diferentemente de seu vizinho, por um modelo de *crawling peg*. Dados os distintos caminhos seguidos por Brasil e Argentina, a monografia confronta as políticas

macroeconômicas escolhidas com o intuito de explicar o rumo percorrido pelo bloco, tratado na seção II.

Na quarta seção, o trabalho chega ao seu principal ponto, evidenciando os reflexos das políticas macroeconômicas adotadas sobre o intercâmbio comercial bilateral Brasil-Argentina através de análises quantitativas dos principais setores envolvidos, e na demonstração das principais dificuldades encontradas na pauta comercial, caracterizado pelo contencioso bilateral Brasil-Argentina. A partir de choques externos promovidos por episódios ocorridos no mercado internacional, os países em questão tiveram suas políticas cambiais colocadas em xeque. Em 1999, no Brasil, assistiu-se à desvalorização acentuada do câmbio; em 2001, na Argentina, inserida em um mesmo cenário, mas adotando premissas diferentes, viu-se o abandono da paridade de sua moeda com o dólar repercutir em enorme quebra de confiabilidade. Por mais interessante que os programas tenham sido para o combate à inflação, havia uma discussão a respeito da sustentabilidade do Mercosul frente às divergentes opções políticas, que em algum momento, refletiriam no intercâmbio comercial dos dois países.

Por fim, a quinta seção discorre sobre as medidas compensatórias adotadas como forma de balancear a falta de alinhamento macroeconômico, focando-se na discussão mais recente do Mecanismo de Adaptação de Competitividade (MAC), e na conclusão da influência desta falta de coordenação macroeconômica no processo de integração, por conseguinte, da relação comercial entre as partes.

Este trabalho tem como finalidade identificar os reflexos sentidos na relação comercial Brasil-Argentina decorrentes da falta de coordenação das políticas apresentadas pelos parceiros em virtude das diferentes características dos programas de estabilização adotados. Não se pretende criticar a formação do bloco e sua relevância, mas sim, propiciar discussões que contribuam para o debate sobre as políticas que podem ajudar este adolescente no alcance de uma maturidade mais integrada e desenvolvida.

SEÇÃO I

Introdução ao conceito de integração comercial, compreendendo a discussão sobre coordenação macroeconômica e criação do Mercosul.

1) INTEGRAÇÃO COMERCIAL

Karl Deutsch (1957) e David Mitrany (1966) convergiam na idéia de que a integração regional tem como principal finalidade alcançar a paz, dado o temor de guerra entre os países e a desordem governamental presente ao longo da História. A partir do momento que um conjunto de países se une em busca de objetivos comuns, sejam eles socioeconômicos ou políticos, a chance de ocorrer um conflito armado interno é reduzida.

No decorrer dos anos, mais especificamente com o término da década de oitenta, o mundo deparou-se com um período de transição: o fim da era industrial e o início da era da informação (Castells, 1999). Com avanços tecnológicos cada vez mais recorrentes e impressionantes, principalmente dos meios de comunicação – destaque para a *Internet* – o deslocamento de informação que outrora demorava anos ou meses passou a durar horas, minutos ou segundos. Além disso, com o fim da Guerra Fria e a afirmação de novos pólos de poder (Comunidade Européia, Alemanha e Japão) a partir da queda do mundo bipolar (Estados Unidos X União Soviética), a Descolonização e a emergência do Terceiro Mundo no cenário internacional houve uma mudança nas dimensões político-institucional, sociocultural e econômica, caracterizado pelo que chamamos de “globalização”. Impulsionadas por este novo padrão, as economias mundiais encontravam-se muito mais integradas, mas ao mesmo tempo em um ambiente mais competitivo. Assim, a necessidade de cooperação e parcerias nas relações comerciais era vista como apoio para os novos desafios, além de promover facilidades para o comércio e harmonização das políticas, o que promove o crescimento das economias em questão.

Na América do Sul, a integração comercial regional pode ser caracterizada pela criação do Mercosul, no ano de 1991, repercutindo de maneira significativa na evolução do intercâmbio comercial bilateral Brasil-Argentina. Este processo foi realizado por etapas, e os níveis de integração foram atingidos gradativamente. Primeiramente, seguindo o formato de Zona de Livre Comércio para a região com o Programa de Liberalização Comercial, o qual contemplava um Regime de Adequação para que os países pudessem harmonizar suas tarifas ao padrão de convergência previamente acordado. Posteriormente, evoluiu-se para uma União Aduaneira, que, na visão de muitos analistas, permanece em estágio incompleto, em razão, sobretudo, das várias exceções à Tarifa Externa Comum, que persistem até hoje.

a) COORDENAÇÃO MACROECONÔMICA

A coordenação macroeconômica deve ser entendida como um pré-requisito da integração regional, e não um resultado dela, pelo auxílio prestado na reação diante de crises externas amenizando os impactos durante o processo, além de tornar mais saudável a competitividade intra-bloco. A partir disso, insere-se a discussão da sua importância para o sucesso da integração comercial.

Trabalhar com cooperação macroeconômica implica numa organização instrumental de políticas monetárias, fiscais e de conta corrente com o intuito de atingir estabilidade econômica, crescimento sustentável e uma solvência fiscal entre os parceiros. Diminuindo discrepâncias macroeconômicas existentes entre os países tais como políticas cambiais divergentes, diferentes taxas de inflação e crescimento econômico, altos índices de déficits público e fiscal, desequilíbrios no balanço de pagamento, o efeito dos choques externos é atenuado quando há uma reação conjunta. A coordenação macroeconômica direciona os países sócios a um denominador comum, acelerando a capacidade de resposta aos choques e, assim, poder-se-ia diminuí-los ou até evitá-los através de medidas que ajudem no combate às vulnerabilidades (Redrado, 1999), tais como:

- Vulnerabilidade interna: evitar endividamento público excessivo e monetização dos déficits, consolidar o sistema financeiro mediante regulação, diminuição da dependência de capital estrangeiro via aumento da poupança doméstica, metas de inflação homogêneas entre as partes, criação de um mercado comum, evitar guerras de incentivo fiscal, envolver estados e municípios na discussão.
- Vulnerabilidade externa: estabelecer índices indicativos de dívida máxima em relação ao PIB e suas exportações, instituir patamares máximos da dívida e requisitos básicos para evitar concentração de vencimento no curto prazo, promover diversificação do caráter da dívida, regulação *ex-ante* dos instrumentos financeiros no incentivo do fluxo de capital de longo prazo, presença de reservas regionais para combate de choques negativos e poupança perante choques positivos, normas regulatórias voltadas às questões da moeda.

No processo de integração comercial entre duas ou mais economias, o nível de interdependência, definido por Cooper (1985) como “*o grau de influência de uma economia a respeito da outra*”, aumenta. Com isso, há uma maior necessidade de coordenação macroeconômica devida ao aumento das externalidades e da intensidade de transferência dos choques entre os países parceiros, principalmente, via o canal comercial (bens e serviços) e financeiro (investimento estrangeiro direto). A partir desta coordenação, diminuem-se as divergências macroeconômicas e abrevia-se o tempo de resposta, diminuindo as adversidades.

Os dois determinantes de maior relevância para a avaliação dos níveis de interdependência entre os países são: a) taxa de câmbio real e b) comércio intra-indústria. O primeiro item refere-se ao efeito da taxa de câmbio real na relação comercial entre os países dado que uma modificação na relação de troca das moedas implica em uma vantagem competitiva para se exportar ou importar, afetando a competitividade entre as economias. É importante destacar a relevância do fluxo de capital estrangeiro presente em cada país, pois um desnível deste fluxo implica na modificação da taxa de câmbio entre eles. Como o capital externo é um recurso de grande volatilidade, devido a sua característica de curto prazo, a possibilidade de reversões em seus fluxos, ocasionando choques externos e crises cambiais, via o canal financeiro, é grande, podendo afetar a relação comercial entre os países. O segundo avalia a dependência e complementaridade do comércio intra-indústria dos países. A complexidade e o nível do comércio apresentado entre duas economias estabelece os patamares de interdependência, cujos eventuais choques são transmitidos pelo canal comercial.

Evidenciando a importância de um dos pontos levantados no parágrafo anterior, segundo a primeira edição do relatório do Banco Interamericano de Desenvolvimento, Informe Mercosul de Julho-Dezembro 1996, o principal veículo que proporcionou um crescimento de interdependência entre os países do Mercosul foi o aumento no comércio de bens. O estudo mostra que, entre 1991 e 1995, as exportações intra-bloco como proporção do PIB passaram de 0,86% para 1,42% e que as participações de Brasil e Argentina evoluíram de 0,60% para 0,88% e 1,04% para 2,41%, respectivamente ao seu produto interno bruto (PIB).

Observando o outro fator relevante na discussão, a taxa de câmbio real, o contexto de câmbio flutuante vigente nos dois países, no Brasil após 1999 e na Argentina, a partir de 2001, demonstra uma maior interdependência do que era apresentada durante o Plano de Conversibilidade, que fixava o câmbio argentino e se destoava da política cambial brasileira.

Na busca pela maior cooperação macroeconômica, estudos a respeito – Redrado (1999), Lavagna e Gimbiagi (2000), Cohen (2000), Fanelli (2001), Fanelli e Heymann (2002) – propuseram a fixação de metas para as variáveis macroeconômicas, simultaneamente a uma forte regulação da volatilidade existente na relação entre as partes. Tais medidas seriam uma pré-fase da fixação das taxas de câmbio das economias rumo a moeda única, que além de controlar o nível geral de preços e os possíveis choques econômicos, reduziriam os impactos das políticas cambiais de cada país sobre o intercâmbio comercial.

O texto de Barenboim (2004) entra no mérito da moeda comum a partir da discussão da união monetária para Brasil e Argentina. Dada uma prévia análise dos trabalhos de Mundell (1961), Mckinnon (1963) e Kenen (1969) a respeito da visão teórica de Áreas Monetárias Ótimas (AMOs), o autor desenvolve um trabalho empírico para testar a viabilidade do processo via três principais componentes: grau de mobilidade de fatores de produção entre Brasil e Argentina, intensidade de comércio intra-regional e o quão diversificadas são estas economias. Em suma, o autor conclui que *“há uma movimentação de capital intra-regional significativa (...) no entanto, é importante o alinhamento de algumas instituições trabalhistas, especialmente planos de aposentadoria, para possibilitar a movimentação dos trabalhadores”*; *“O comércio entre Brasil e Argentina vem crescendo ao longo do tempo alcançando um nível no qual a redução dos custos transacionais traria grandes ganhos em termos de fluxos comerciais”*; e *“...a estrutura produtiva brasileira é mais diversificada que a de alguns países abertos e desenvolvidos, enquanto que a estrutura produtiva argentina é muito menos diversificada (...) Por isso, é mais provável que a Argentina enfrente alguns choques particulares que não serão enfrentados pelo Brasil ao mesmo tempo”*.

Além das conclusões teóricas apresentadas, a influência das AMOs na redução do custo da dívida, custo de reservas e aumento de barganha dos membros de acordos comerciais são levantados como benefícios no processo de integração.

Em virtude dos pontos mencionados, percebe-se a importância da coordenação para um processo de integração regional mais tranquilo e, conseqüentemente, na relação comercial entre países parceiros por mitigar a disparidade cambial real. Quando os países encontram-se com indicadores macroeconômicos semelhantes, a possibilidade que estes estejam igualmente preparados para a concorrência internacional aumenta equilibrando a competitividade intra-indústria. Além disso, a simetria das políticas auxilia no combate aos choques externos e no seu tempo de resposta.

A coordenação macroeconômica esbarra na necessidade de regulação e integração, explicitada de forma institucional pelo Mercosul em que Brasil e Argentina possuem posição de destaque. O próximo item trata do assunto, explicando como se deu este processo de integração via bloco, seu funcionamento e peculiaridades.

b) CRIAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO MERCOSUL

Diante de um desenrolar lento e das dificuldades encontradas para o fechamento da Rodada Uruguai, do processo de integração vislumbrado na Europa pelo Ato Único Europeu de 1986 e do acordo de livre comércio EUA-Canadá de 1990, os países do hemisfério sul viam-se ameaçados e enfraquecidos perante a competição internacional acirrada.

Com o trauma do período de estagnação dos anos oitenta, retomar o crescimento econômico e o desenvolvimento era objetivo de grande relevância e plataforma eleitoral de muitos políticos da época. A presença de uma maior estabilidade política na região, resgatada pelo abandono dos regimes de ditadura e restituição da democracia, intensificou as discussões existentes sobre uma integração mais profunda na região.

Impulsionados pela abertura comercial dos anos noventa, adicionada a essa necessidade de cooperação para uma maior projeção internacional e pela busca dessa integração mais ampla e intensa, os presidentes Fernando Collor de Mello (Brasil), Carlos Menem (Argentina), Andrés Rodríguez (Paraguai) e Luis Alberto Lacalle (Uruguai)

assinaram o Tratado de Assunção, em 26 de março de 1991, constituindo o Mercado Comum do Sul.

As negociações do processo de integração comercial começaram anos antes da assinatura do Tratado de Assunção com Sarney e Alfonsín através da assinatura, em novembro de 1985, da Declaração de Foz de Iguazu. No ano seguinte, firmou-se o Programa de Integração e Cooperação entre Argentina e Brasil (PICAB), fundamentado na flexibilidade e simetria das preferências entre as partes frente aos demais mercados, focando a harmonização gradual de suas políticas nos setores da indústria como bens de capital, automóveis e alimentos, além de cooperação na área nuclear, biotecnológica e de comunicação. Em 1988, o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento propunha acelerar esse processo de integração estabelecido pelo PICAB e constituir um espaço econômico comum mediante liberalização comercial integral no prazo máximo de dez anos, através de mecanismos automáticos de eliminação de barreiras comerciais.

Percebendo a vulnerabilidade dos países do Cone Sul, os governos em questão decidiram encurtar o prazo anterior e, através da Ata de Bueno Aires de 1990, reduziram em quatro anos os prazos estabelecidos, fixando para o dia 31 de dezembro de 1994 a implementação da zona de livre comércio. Nos meses seguintes, após inúmeras reuniões e consultas regionais, Paraguai e Uruguai agregaram-se aos dois países e constituíram o Mercosul através do Tratado de Assunção. Baseados no tratado de 1988, os quatro países membros definiram o instrumento plurilateral de integração, com modificações pontuais referentes aos prazos e listas de produtos “sensíveis”¹ dada à entrada dos dois novos parceiros.

Mesmo com proporções e características bastante peculiares dos países constituintes do Mercosul, como espaço territorial, população, PIB e volumes de comércio, o bloco assumiu um caráter intergovernamental. Este modelo prevê decisões com pesos iguais entre os países-membro com a presença de reciprocidade política total.

O bloco previa uma liberalização gradual do acesso dos bens e serviços, da movimentação da força de trabalho e dos fatores de produção nos mercados participantes. Além disso, projetava-se o estabelecimento de uma Tarifa Externa Comum (TEC), adoção

¹ Produtos que compõem a lista do Regime de Adequação.

de políticas macroeconômicas coordenadas e implementação de legislações harmonizadas. Para isso, o cronograma estipulava a constituição de uma área de livre comércio através do Programa de Liberalização Comercial, seguindo para um grau de integração mais complexo evoluindo para a adoção da TEC, com a criação de uma União Aduaneira.

Com a intenção de impedir a livre circulação de produtos provenientes de mercados de fora do bloco que viessem entrar através dos países-membro, conhecido como “produtos triangulados”, foram criadas regras de origem definindo que bens comercializados entre os quatro países só circulariam isentos de tarifas se, no mínimo, 60% de seus insumos tivessem sido produzidos dentro da região do bloco.

Ao final do prazo estabelecido pela Ata de Buenos Aires, 1994, o Mercosul deveria se direcionar à segunda etapa do processo. A TEC de fato havia sido definida com base na Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), situando-se entre 0% e 23% para aproximadamente 90% do universo tarifário, com os outros 10% fazendo parte do Regime de Adequação que convergiram gradualmente até o ano 2006. O Regime de Adequação foi um mecanismo de transição para que os setores das economias tivessem um período de adaptação à aplicação da TEC com prazos determinados e diferenciados por produtos. O Brasil apresentava 29 produtos² beneficiados pelo regime e a Argentina, 212.

A livre circulação de bens encontrava-se apenas parcialmente implementada devido à existência de inúmeros produtos considerados “sensíveis” por parte de cada país. Ao longo deste processo de integração, inúmeros setores apresentaram divergências de interesse entre os quatro países. O setor automotivo ficou de fora do livre comércio, pois se tratava de uma esfera bastante importante nos dois principais países do bloco contando com regimes automotivos locais. Fora definido um comitê técnico no âmbito da Comissão de Comércio do Mercosul (CCM) para elaborar uma proposta de regime comum e, apenas a partir de fevereiro de 2001, o setor passou a fazer parte da TEC. Apesar disso, a proposta de se instalar um regime automotivo comum ainda não foi concluída, mantendo o setor automotivo de fora do livre comércio. Outro setor que permanece de fora da área de livre comércio é o açucareiro. Um Grupo *Ad-hoc* ficou designado para elaborar uma proposta de regime de adequação ao livre comércio intra-regional e, enquanto isso não seja aprovado, os países poderão manter suas tarifas nominais totais para o comércio intra-zona deste

² Presente no apêndice.

setor. Neste mesmo ano, foi assinado no dia 17 de dezembro o Protocolo de Ouro Preto com a finalidade de reconhecer o bloco como organização internacional e complementar o Tratado de Assunção em suas bases institucionais.

A composição do bloco inclui quatro economias bastante diferentes com estruturas e portes distintos. A partir do estabelecimento da União Aduaneira, foram adotadas medidas unilaterais, que originaram as listas de exceções a TEC, por causa das disparidades entre os parques industriais dos países do Mercosul. Assim, no caso brasileiro, por se tratar de um país produtor de bens de capital e bens de informática e telecomunicações, aspirou-se manter uma proteção para esses produtos através das listas de exceções. Em contrapartida, os demais países-membro anseiam importar esses produtos com tarifa zero. Todos os quatro membros tiveram o direito de ter uma lista de exceção, revistas de dois em dois anos, de no máximo 300 produtos, exceto Paraguai (até 399). O Brasil inclui 233 produtos que poderiam ter alíquotas diferenciadas às apresentadas pelos demais membros do Mercosul abrangendo desde bens de capital como laminadores de tubos para a indústria (tarifa de 20% neste ano) até bens de consumo como toca-fitas (32%), máquinas de costura (20%), secadores de cabelo (29%), marca-passos cardíacos (10%). Quando criadas, as listas de exceção foram datadas para serem extintas ao final de 2006, em que supostamente todos os países do bloco estariam preparados à concorrência internacional e usariam a TEC de forma plena. No entanto, essas listas são tema de discussão até hoje demonstrando a falta de cooperação entre as partes dado que a mudança da tarifa cobrada implica em mudança de competitividade.

Além disso, outros produtos são tema de discussão entre os países e que compõem a lista de contencioso. Esses produtos foram alvos de medidas *anti-dumping* ou sofreram medidas de proteção sem o respaldo nas normas do Mercosul. Com a recente discussão do Mecanismo de Adaptação de Competitividade (MAC), há a possibilidade de medidas protecionista via salvaguarda. Quando um país observa sua competitividade prejudicada perante outro país do bloco, ele tem o direito de abrir uma consulta para análise do fato. Após julgamento e comprovação do dano, o produto pode sofrer aplicação de medidas protecionistas. Dentre produtos que já passaram e estão na lista de contencioso do bloco, temos: aves, bicicletas, calçados, cigarros, leite, pneumático, têxtil, trigo, carne de porco,

etc. Todos esses pontos levantados promovem o atraso na implementação perfeita da União Aduaneira.

Com relação ao livre comércio de serviços, este pertencia à segunda etapa do processo de integração, a União Aduaneira, e foi estabelecido a partir do Protocolo de Montevideu em 1997, prevendo sua liberalização em dez anos. Este protocolo baseava-se no GATT (*General Agreement on Tariffs and Trade*) e estabelecia rodadas anuais de negociação para setores específicos. Mais uma vez, as diferentes posturas entre os países impediram a evolução desse item em que Brasil apresenta-se muito mais cauteloso do que a Argentina.

As inúmeras divergências setoriais apresentadas, acrescido das difíceis composições de listas de ofertas para acordos comerciais com outros países ou blocos evidenciam ainda mais essa falta de coordenação entre os países constituintes do Mercosul. Como as listas devem ser estabelecidas em conjunto por todos os países-membro há uma enorme dificuldade em fechá-las devido à preocupação com a defesa da indústria de cada país, sem uma visão de bloco.

Percebe-se que o Mercosul surgiu com o intuito de estabelecer relações de cooperação e integração entre os países, mas que este objetivo foi um pouco esquecido ao longo dos anos. Esse descolamento ao pensamento inicial se deve muito à falta de coordenação dos países nas políticas macroeconômicas que acarretaram em desníveis de competitividade e, conseqüentemente, no surgimento de mecanismos de adaptação aos problemas enfrentados.

SEÇÃO II

Evolução comercial do Mercosul em quatro grandes momentos: primeiros anos; auge do bloco; período de crise; recuperação e novos desafios.

2) EVOLUÇÃO COMERCIAL DO MERCOSUL

A trajetória do Mercosul pode ser dividida em quatro grandes momentos: seus primeiros anos (1991-1994), crescimento e auge do bloco (1995-1998), período de crise (1999-2002), recuperação do conturbado momento e os novos desafios (a partir de 2003). Com base nas fotografias dos principais períodos comerciais do bloco poderemos compreender como as diferentes políticas adotadas pelos dois principais países que o constituem e a falta de coordenação das políticas macroeconômicas, vistas na seção III, influenciaram o intercâmbio comercial bilateral Brasil-Argentina e, conseqüentemente, no desenvolvimento do Mercosul.

a) OS PRIMEIROS PASSOS DO BLOCO: 1991-1994

Este primeiro momento, de 1991 a 1994, consiste no período de transição do bloco, cujas tarifas incidentes nas importações dos países-membro foram reduzidas de forma gradual a atender ao livre comércio proposto, além de estipuladas tarifas externas comuns. Como reflexo, o bloco demonstrou maior impacto na ampliação do intercâmbio comercial intra Mercosul do que a relação extra-bloco. Segundo dados do IPEA houve crescimento de 12,5% para 23,8% da razão entre o fluxo de comércio intra e extra-bloco. Além disso, a razão entre o fluxo comercial intra-bloco e o total passou de 11,1% para 19,2%.

Tabela 1 – Fluxo anual de comércio intra e extra Mercosul
Período: 1991-1994

Fluxo Anual	US\$ milhões			
	1991	1992	1993	1994
1. Intra Mercosul	5.103	7.215	10.039	11.941
2. Extra Mercosul	40.830	43.232	44.217	50.092
3. Intra / Extra	12,5	16,7	22,7	23,8
4. Intra / Total	11,1	14,3	18,5	19,2

Fonte: Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada (IPEA).

Com relação ao Mercosul, o Brasil apresentou superávit ao longo de todo o período. As importações brasileiras dos países do bloco cresceram 102% e as exportações 156%. O país que deteve a maior parcela, dentre os membros do Mercosul, no fluxo de comércio total do Brasil foi a Argentina, representando em torno de 80% do total do bloco. A participação do Mercosul em relação ao fluxo de comércio total brasileiro passou de 7,3%, em 1991, para 13,6%, em 1994. Diferentemente do saldo na balança comercial do primeiro ano de bloco apresentada na relação comercial Brasil-Mercosul, o país apresentou déficit no intercâmbio comercial com a Argentina de US\$ 139 milhões de dólares. A partir de 1992, revertendo para um superávit que durou até 1994, o Brasil apresentou características semelhantes às encontradas no saldo comercial com o Mercosul. Em 1994, o saldo comercial fechou em US\$ 474 milhões.

Tabela 2 – Intercâmbio comercial Brasil-Mercosul

Período: 1991-1994

Anos	Exp./Imp.	US\$ milhões (FOB)					
		Argentina	Paraguai	Uruguai	Mercosul (1)	Total Brasil (2)	(%) (1/2)
1991	Exp.	1.476	496	337	2.309	31.620	7,30
	Imp.	1.615	220	434	2.268	21.041	10,78
1992	Exp.	3.040	543	514	4.097	35.793	11,45
	Imp.	1.721	187	341	2.250	20.554	10,94
1993	Exp.	3.659	952	775	5.387	38.704	13,94
	Imp.	2.633	273	429	3.334	25.695	12,98
1994	Exp.	4.136	1.054	732	5.921	43.544	13,60
	Imp.	3.662	352	569	4.583	33.079	13,86

Fonte: Sistema Alice.

Os principais produtos comercializados entre o Brasil e os demais integrantes do bloco apresentaram diferente composição entre a pauta de exportação e importação. Dentre os principais produtos exportados do Brasil, em termos de valor, para os demais países-membro no ano de 1994, destaque para material de transportes (20,8%); máquinas e aparelhos eletroeletrônicos (18,7%); produtos metalúrgicos (10,2%); produtos da indústria química (9,6%); e plástico, borrachas e suas obras (8,4%). Esses produtos representavam aproximadamente 70% das exportações totais brasileiras.

Os principais movimentos nas participações destes grupos de produtos foram: crescimento de máquinas e equipamentos eletroeletrônicos, produtos da indústria química e produtos da indústria de alimentos, bebidas e fumos que apresentaram participações de 17,1%, 8,1%, 5,0%, respectivamente, em 1992 e passaram a representar 18,7%, 9,6% e 7,2%; e queda de 26,2% para 20,8% dos materiais de transportes e 12,4% para 10,2% de metais comuns do total exportado de 1992 para 1994.

Tabela 3 – Participação (%) no total dos produtos exportados Brasil-Mercosul
Período: 1992-1994

Pauta de Produtos\ Estados	1992	1993	1994
1. Animais vivos e prod. do reino animal (cap. 1 a 5)	2,58	2,50	1,82
2. Prod. do reino vegetal (cap. 6 a 14)	2,37	2,23	2,32
3. Gorduras/óleos—origem animal/vegetal (cap. 15)	0,10	0,12	0,15
4. Prod. ind. alimentos, bebidas e fumo (cap. 16 a 24)	5,00	6,02	7,20
5. Prod. minerais (cap. 25 a 27)	3,72	5,34	5,56
6. Prod. ind. química ou ind. conexas (cap. 28 a 38)	8,14	8,84	9,58
7. Plástico, borrachas e suas obras (cap. 39 e 40)	7,44	7,79	8,39
8. Peles, couros e suas obras (cap. 41 a 43)	0,18	0,14	0,13
9. Madeira e suas obras (cap. 44 a 46)	0,61	0,80	0,81
10. Papel e suas obras (cap. 47 a 49)	4,13	4,88	3,96
11. Matérias têxteis e suas obras (cap. 50 a 63)	5,67	5,73	5,04
12. Calçados/chapéus/ artefatos (cap. 64 a 67)	0,72	0,88	0,83
13. Obras de gesso, cerâmica, etc. (cap. 68 a 70)	1,63	2,02	1,91
14. Pedras preciosas e bijuterias (cap. 71)	0,02	0,03	0,06
15. Metais comuns e suas obras (cap. 72 a 83)	12,41	9,56	10,18
16. Máq. e eletroeletrônicos (cap. 84 e 85)	17,10	19,16	18,75
17. Material de transporte (cap. 86 a 89)	26,24	21,83	20,84
18. Inst. e aparelhos de ótica (cap. 90 a 92)	0,68	0,63	0,76
19. Armas e munições (cap. 93)	0,14	0,10	0,17
20. Prod. diversos (cap. 94 a 96)	1,10	1,40	1,54
21. Objetos de arte (cap. 97 a 99)	0,00	0,00	0,00
Total	100,00	100,00	100,00

Fonte: Sistema Alice.

A cesta de produtos das exportações brasileiras para os países do Mercosul é bastante distinta de suas importações. Os produtos de maiores participações do total importado pelo Brasil no ano de 1994 foram: produtos de origem vegetal (31,3%); produtos minerais (15,8%); material de transportes (14,3%); material têxtil (8,3%); e máquinas e eletrônicos (5,9%). O somatório destas participações alcançou 75% do total importado do Mercosul pelo Brasil. Neste período de 1992 a 1994, houve aumento na participação em relação ao total de produtos minerais (de 2,7% para 15,8%); e material de transporte (de 4,9 para

14,3%). Alguns obtiveram queda, como materiais têxteis (de 11,1% para 8,3%); produtos de origem vegetal (de 37,2% para 31,3%); e máquinas e aparelhos eletroeletrônicos (de 6,7% para 5,9%).

**Tabela 4 – Participação (%) no total dos produtos importados Brasil-Mercosul
Período: 1992-1994**

Pauta de Produtos\ Estados	1992	1993	1994
1. Animais vivos e prod. do reino animal (cap. 1 a 5)	9,60	3,87	5,37
2. Prod. do reino vegetal (cap. 6 a 14)	37,18	39,35	31,38
3. Gorduras/óleos de origem animal/vegetal (cap. 15)	2,72	3,09	2,76
4. Prod. ind. alimentos, bebidas e fumo (cap. 16 a 24)	1,53	1,34	0,88
5. Prod. minerais (cap. 25 a 27)	2,71	5,27	15,77
6. Prod. ind. química ou ind. conexas (cap. 28 a 38)	8,53	7,46	5,03
7. Plástico, borrachas e suas obras (cap. 39 e 40)	3,40	4,14	3,12
8. Peles, couros e suas obras (cap. 41 a 43)	5,91	4,92	3,73
9. Madeira e suas obras (cap. 44 a 46)	0,97	1,05	0,95
10. Papel e suas obras (cap. 47 a 49)	1,07	0,75	0,33
11. Matérias têxteis e suas obras (cap. 50 a 63)	11,06	9,58	8,28
12. Calçados/chapéus/ artefatos (cap. 64 a 67)	0,12	0,05	0,04
13. Obras de gesso, cerâmica, etc. (cap. 68 a 70)	0,75	0,56	0,54
14. Pedras preciosas e bijuterias (cap. 71)	0,01	0,00	0,01
15. Metais comuns e suas obras (cap. 72 a 83)	2,18	1,56	1,31
16. Máq. e eletroeletrônicos (cap. 84 e 85)	6,68	6,49	5,87
17. Material de transporte (cap. 86 a 89)	4,88	10,09	14,33
18. Inst. e aparelhos de ótica (cap. 90 a 92)	0,40	0,26	0,16
19. Armas e munições (cap. 93)	0,00	0,00	0,01
20. Prod. diversos (cap. 94 a 96)	0,33	0,17	0,14
21. Objetos de arte (cap. 97 a 99)	0,00	0,00	0,00
Total	100,00	100,00	100,00

Fonte: Sistema Alice.

Constantino Cronemberger (1997) concluiu que existe uma especialização do comércio intra-bloco. As exportações brasileiras refletem produtos, em sua maioria, de caráter manufaturado e as suas importações apresentam a predominância de produtos primários ou semi-elaborados. É possível perceber uma complementaridade entre alguns grupos de produtos comercializados, dada presença de semelhantes setores tanto na pauta de exportação quanto de importação, como material de transporte, materiais têxteis,

máquinas e aparelhos eletroeletrônicos. Os resultados apresentados indicam uma evolução do comércio entre os países-membro e crescimento no intercâmbio intra-indústria.

b) CRESCIMENTO E AUGE: 1995-1998

O segundo grande momento da evolução do bloco encontra-se compreendido entre 1995 e 1998. O ano de 1995 foi o primeiro com a presença fixada do mercado comum, mesmo que parcial, e 1998 representou o auge do bloco em termos de comércio. Este foi um período de continuação e expansão dos volumes de comércio no Mercosul.

O ritmo acelerado de crescimento do comércio intra-bloco apresentado no momento anterior persistia ao longo dos anos de 1995 a 1998. Em 1995, esse comércio representava 20,4% das exportações totais e 18,7% das importações totais, passando para 25,0% e 20,7%, respectivamente, no ano de 1998 segundo dados do Informe Mercosul nº 5. De 1995 até 1998 o fluxo de comércio intra-bloco havia crescido 42% com relação às exportações e 49% com as importações. Neste mesmo período, as exportações extra-bloco apresentaram crescimento de apenas 9% e as importações de 21%.

Tabela 5 – Comércio intra e extra Mercosul

Anos: Selecionados

Discriminação	1991	1993	1995	1997	1998	US\$ milhões	
						Crescimento (% a.a.)	
						1991-1997	1997-1998
Exportações							
Totais	45.911	54.162	70.401	83.210	81.208	10,4	-2,4
Intra-Mercosul (%)	11,1	18,5	20,4	24,8	25,0	26,2	-1,8
Extra-Mercosul (%)	88,9	81,5	79,6	75,2	75,0	7,4	-2,6
Importações							
Totais	32.140	47.823	75.311	96.740	93.204	20,2	-3,7
Intra-Mercosul (%)	15,9	19,6	18,7	20,7	20,7	26,2	-1,8
Extra-Mercosul (%)	84,1	80,4	81,3	79,3	79,3	18,8	-4,2
Volume de Comércio							
Totais	78.051	101.985	145.712	179.950	174.412	14,9	-3
Intra-Mercosul (%)	13,1	19,1	19,5	23	23,3	26,2	-1,8
Extra-Mercosul (%)	86,9	80,9	80,5	77	76,7	12,6	-3,5
Saldo Comercial							
Extra-Mercosul	13.771	6.340	-4.910	-13.530	-11.996		

Fonte: BID, INDEC, SECEX, BCP, BCU.

Seguindo o acelerado ritmo de crescimento dos fluxos de comércio intra-bloco do período anterior, o aumento da participação do Mercosul como destino das exportações brasileiras foi bastante significativo. Um ano antes da formação do bloco esta participação foi de 4,2%, passando para 13,2%, em 1995, atingindo 17,3% ao final de 1998.

Tabela 6 – Participação (%) no total dos produtos importados Brasil-Mercosul

Anos selecionados	
Ano	Participação (%)
1990	4,2
1991	7,3
1995	13,2
1998	17,3

Fonte: MDIC, SECEX.

Com relação ao comércio bilateral Brasil-Argentina, percebia-se a importância do setor automotivo para os dois países conforme as pautas de exportação e importação. Ao final de 1998, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), os principais produtos brasileiros exportados para Argentina eram automóveis com motor explosão (4,4%); chassis com motor diesel e cabina (4,1%); outros veículos automóveis com motor diesel para carga (3,6%); outras partes e acessórios para tratores e veículos automóveis (3,0%); e automóveis com motor diesel (2,6%). Os importados foram automóveis com motor explosão (14,4%); trigo (9,3%); outros veículos automóveis com motor diesel para carga (6,1%); e óleos brutos de petróleo (6,0%).

A relevância do Mercosul apresentou-se muito mais a níveis intra-bloco do que extra-bloco com relação à exportação. Sua participação no comércio mundial não apresentou grandes variações desde 1991 até o ano de 1998, mas os fluxos intra-zona mais que dobraram durante este período. Neste ponto de vista, a análise a respeito do processo de integração ainda apresentava-se positiva. Com relação às importações, os crescentes níveis apresentados são significativos tanto a nível intra quanto extra-bloco, pois os países encontravam-se numa retomada do crescimento econômico o que implicava na necessidade de importar bens para atender a demanda.

c) MOMENTO DE CRISE: 1999-2002

Após os anos de grandes taxas de crescimento nos níveis de comércio no Mercosul, o bloco deparou-se com sua pior fase, de 1999 a 2002. Este período engloba dois conturbados momentos dos principais membros, Brasil e Argentina, que foram as crises cambiais dos anos de 1999 e 2001, respectivamente.

A boa maré experimentada pelos países do Mercosul começava a transformar-se em tempestade. Anteriormente à crise cambial brasileira, o bloco já sofrera com a crise Asiática de 1997, que surtiu efeitos em meados de 1998. Neste ano, o contínuo crescimento apresentado pelo bloco foi interrompido com a queda de 1,3% e 3,8% do comércio intra e extra-bloco, respectivamente.

Com a crise cambial brasileira do começo de 1999, o clima de incerteza parecia aflorar. Como evidência desta desconfiança, as exportações entre os membros do Mercosul e o total de comércio do bloco com terceiros caiu, respectivamente, 25,0% e 9,4%, demonstrando um impacto mais forte a nível intra-bloco do que extra-bloco. As importações totais dos países do Mercosul também sofreram retração, de 16,4%, indicando uma diminuição da demanda por produtos importados, conseqüentemente, de uma retração econômica. As importações intra-bloco caíram em 25%.

Tabela 7 – Desempenho comercial do Mercosul

Ano: 1999

	US\$ bilhões	
	1999	Variação (%) 1998-1999
Exportações Totais	74,315	-8,8
Intrazona	15,379	-25,0
Importações Totais	80,047	-16,4
Comércio Total R. Mundo	122,969	-9,4

Fonte: Centro de Economia Internacional (CEI).

Brasil e Argentina apresentaram, respectivamente, retração de 6,1% e 11,8% de suas exportações totais e queda em 14,7% e 18,7% com relação às importações totais. As mudanças causadas pela desvalorização cambial brasileira afetaram a competitividade entre os países do Mercosul, justificando o encolhimento do comércio intra-zona.

Tabela 8 – Exportações totais dos países do Mercosul**Ano: 1999**

		US\$ bilhões
	Países	Variação (%) 1998-1999
Exportação	Argentina	-11,8
	Brasil	-6,1
Importação	Argentina	-18,7
	Brasil	-14,7

Fonte: Centro de Economia Internacional (CEI).

Em 2000, houve uma melhora dos fluxos de comércio intra-bloco a partir do aumento das exportações argentinas de combustíveis com destino ao Brasil, mas ainda muito aquém dos níveis apresentados em anos anteriores. Logo em seguida, no ano de 2001, era a vez de a Argentina se inserir em uma crise com a quebra da paridade peso-dólar. Sua taxa de câmbio nominal registrou desvalorização de 10% no primeiro trimestre daquele ano. Neste ano, os dados demonstraram um crescimento de 1,8% no comércio total extra-bloco em relação ao ano anterior, enquanto que o intercâmbio comercial intra Mercosul encontrava-se em queda. Como reflexo do mau momento vivido pelo bloco, do período de janeiro a outubro de 2002 para o mesmo período do ano anterior, as exportações e importações intra-bloco foram reduzidas, ainda mais, em 36,3% e 36,1%, respectivamente, e o comércio extra-bloco decaiu 9,7%, impulsionado pela queda das importações. Neste último ano, o intercâmbio de bens dentro do bloco foi apenas 55% do valor apresentado dois anos antes.

Tabela 9 – Exportações e importações dos países do Mercosul**Período: 2000-2002**

	2000	2001	Variação (%)	2001	2002	Variação (%)
Exportações Totais	84.590	87.881	3,9	74.536	73.445	-1,5
Intrazona	17.722	15.171	-14,4	13.215	8.418	-36,3
Extrazona	66.868	72.709	8,7	61.321	65.028	6,0
Importações Totais	86.580	80.944	-6,5	70.183	50.139	-28,6
Intrazona	17.604	15.380	-12,6	13.362	8.539	-36,1
Extrazona	68.976	65.564	-4,9	56.821	41.600	-26,8
Comércio Total Extrazona	135844	138274	1,8	118.142	106.627	-9,7

Fonte: INDEC, Secex, SGT 14 do Mercosul, INE, Banco Central do Paraguai, BC do Brasil e outros.

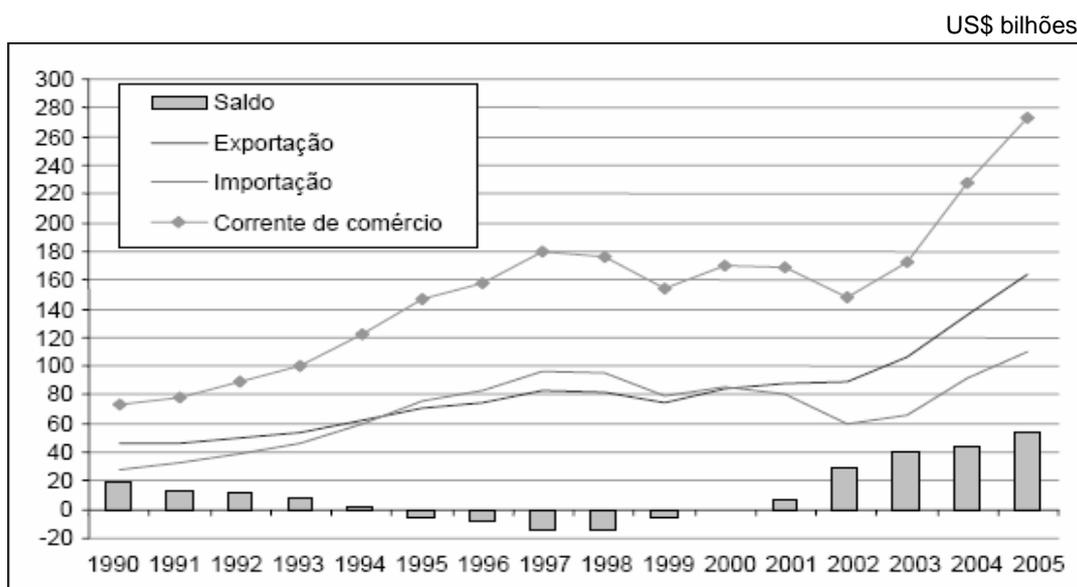
Essa trajetória descrita demonstra o impacto extremamente negativo das crises cambiais de 1999 e 2001 na evolução do intercâmbio comercial entre os países do Mercosul, conseqüentemente, na relação comercial bilateral Brasil-Argentina. Esses resultados poderiam ser amenizados caso houvesse uma coordenação macroeconômica entre os países-membro.

d) RECUPERAÇÃO E NOVOS DESAFIOS: 2003-2005

O ano de 2003 marcou o início da recuperação do bloco. Como conseqüência de uma maior convergência das políticas cambiais entre os países, o Mercosul conseguiu retomar seu crescimento motivado pela superação da fase mais crítica da crise argentina e da recuperação econômica brasileira. Em 2005, o bloco apresentou o terceiro ano consecutivo de crescimento do comércio, após o período de crise enfrentado (1999-2002). No triênio 2003-2005 as exportações cresceram com uma taxa média anual de 22,6% impulsionadas pelo forte crescimento do preço dos *commodities* e produtos industrializados. O Mercosul recuperava-se da crise.

Gráfico 1 – Comércio total do Mercosul

Período: 1990-2005

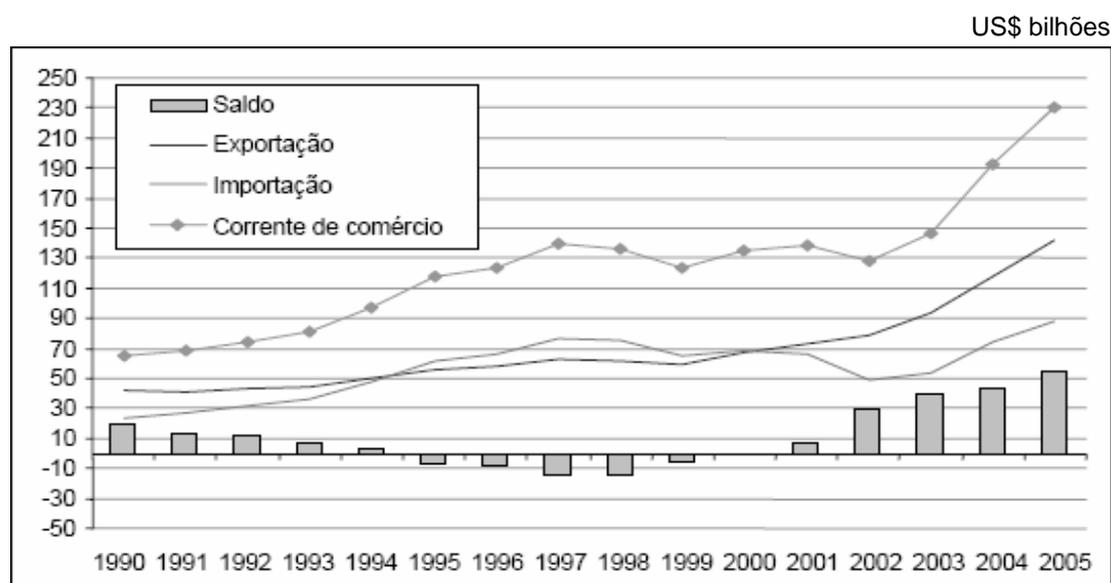


Fonte: INDEC (Argentina), SECEX (Brasil), bancos centrais de Paraguai e Uruguai, Abeceb.com.

A partir de 2003, houve também uma retomada dos fluxos de comércio intra-zona. No triênio de 2003-2005, este fluxo mais do que dobrou, apresentando crescimentos em torno de 27% ao ano. Este movimento remetia aos bons anos que o bloco havia experimentado no passado e, conforme foi identificado naquele período, o crescimento intra-bloco – com crescimento médio anual de 21,9% para as exportações e 21,1% para as importações – foi superior ao extra-bloco. A melhora apresentada no comércio extra-bloco foi menor do que o apresentada pelo intra-bloco, mas também significativo. Sua taxa de crescimento foi de 21,9% ao ano e 21,1% ao ano para as exportações e importações, respectivamente.

Gráfico 2 – Comércio extra-bloco dos países do Mercosul

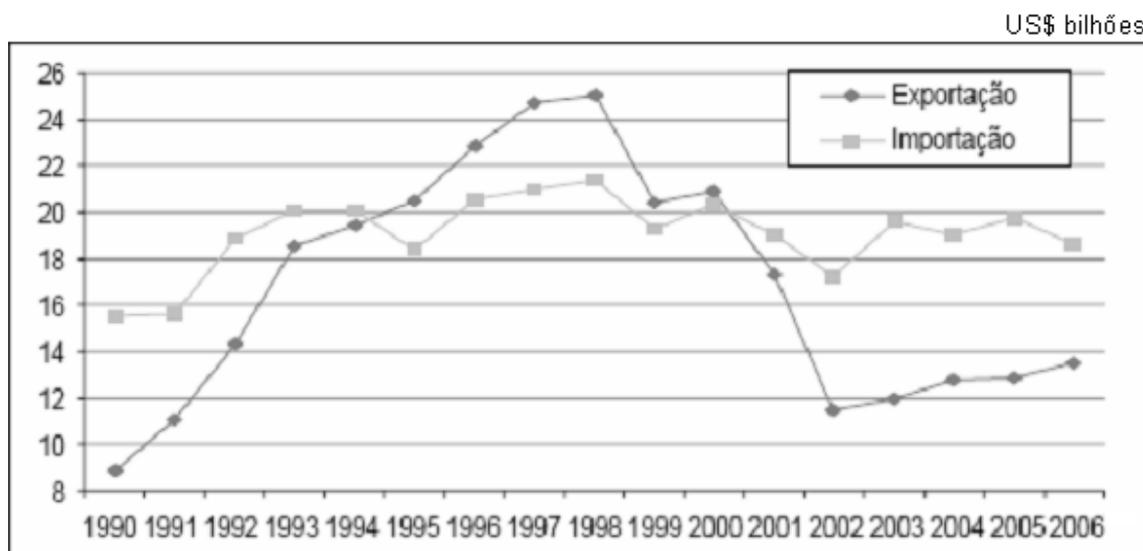
Período: 1990-2005



Fonte: INDEC (Argentina), SECEX (Brasil), bancos centrais de Paraguai e Uruguai, Abeceb.com.

Observando a evolução do bloco, em seu primeiro ano a participação das exportações intra-bloco em relação as exportações totais representavam apenas 9% das exportações dos países-membro. Em 1998, esse percentual passou para significativos 25%, reduzindo no período de crise para 11,5%. A partir de 2003, inicia-se uma recuperação do bloco e, ao final de 2005, as exportações intra-bloco representam 13,5% das exportações totais dos países do Mercosul.

Gráfico 3 – Razão comércio intra-bloco / comércio total no Mercosul
Período: 1990-2005



Fonte: INDEC (Argentina), SECEX (Brasil), bancos centrais de Paraguai e Uruguai, Abeceb.com.

O desempenho apresentado pelo Brasil, em 2004 e 2005, foi de destaque dentro do bloco, com um crescimento de 31,6% das exportações, enquanto que a Argentina, segundo maior desempenho, apresentou crescimento de 13,3%. O porte do Brasil e sua importância no Mercosul podiam ser expressas por sua participação nas exportações totais intra-zona, de 55,7%, contra 36,3% da Argentina. Já com relação aos índices de importação intra-zona, os argentinos levaram a maior parcela. Superando a crise de 2001, o país vinha saboreando grandes taxas de crescimento e, com isso, a demanda por produtos importados era maior do que do Brasil.

Os diferentes níveis de crescimento das exportações e importações intra-bloco levaram à composição de saldos comerciais regionais distintos com superávit registrado pelo Brasil de US\$ 4,7 bilhões, em 2005, e déficit de US\$ 3,7 bilhões pela Argentina. Em 2006, o superávit apresentado pelo Brasil foi 6,4% maior do que do ano anterior, atingindo US\$ 5,0 bilhões. Em 2006 houve um aumento tanto das exportações intra quanto extra-bloco, com crescimentos de 22,0% e 14,7%, respectivamente. A variação destes itens entre o primeiro semestre de 2007 e 2006 foi de 25,4% e 17,1%, respectivamente.

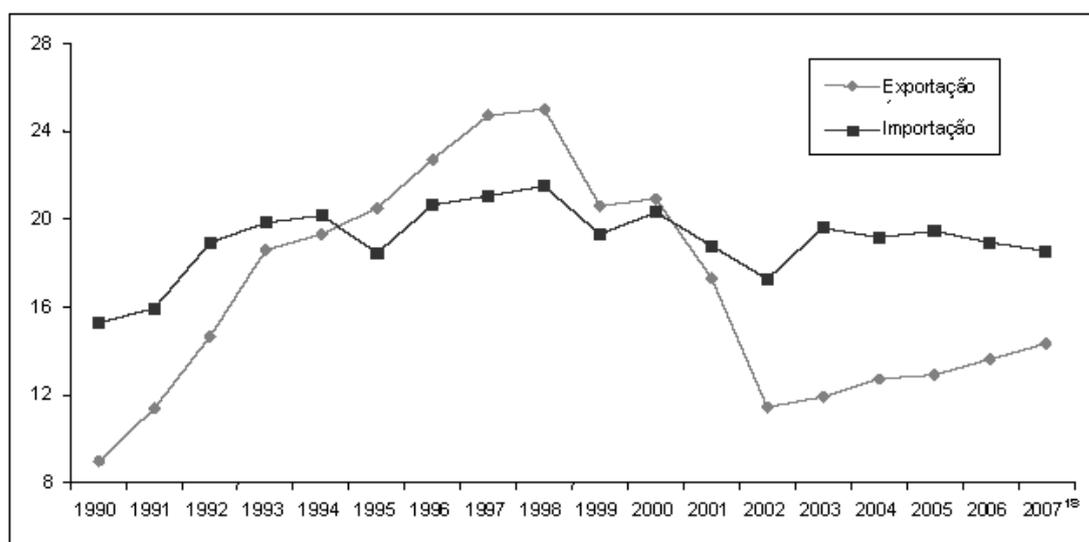
Tabela 10 – Comércio intra e extra bloco**Período: 1990-2007¹**

	2005	2006	Variação (%)	1º S. 2006	1º S. 2007	US\$ milhões Variação (%)
Intrazona						
Exportações	21.150	25.794	22,0	11.559	14.489	25,4
Extrazona						
Exportações	142.651	163.617	14,7	74.158	86.814	17,1
Importações	88.117	109.887	24,7	50.150	63.112	25,8
Total						
Exportações	163.800	189.411	15,6	85.717	101.304	18,2
Importações	109.398	135.551	23,9	61.761	77.468	25,4
Saldo	54.402	53.860	-1,0	23.956	23.836	-0,5

Nota 1: Primeiro semestre 2007.

Fonte: INDEC, SECEX e Bancos Centrais de Paraguai e Uruguai.

A participação do Mercosul nas importações totais do primeiro semestre de 2007 diminuiu, representando 18,5%, e aumentou com relação às exportações para 14,3%. A justificativa para este movimento foi o aumento dos preços internacionais de matérias-primas, com maior relevância nas exportações extra-bloco, numa escala superior ao reajuste dos preços das manufaturas, predominantes no comércio intra-bloco.

Gráfico 4 – Evolução do comércio de bens intra e extra Mercosul**Período: 1990-2007¹**

Nota 1: Primeiro semestre 2007.

Fonte: INDEC, SECEX e Bancos Centrais de Paraguai e Uruguai.

Nitidamente as crises cambiais de 1999 e 2001 influenciaram na evolução do comércio do Mercosul com a alteração nos preços relativos dos produtos. Além disso, as disparidades macroeconômicas, tratadas a seguir, contribuíram para uma maior assimetria na relação comercial bilateral Brasil-Argentina aumentando a listas de produtos do contencioso bilateral e, conseqüentemente, o desafio de aprofundamento da integração regional.

SEÇÃO III

Programas de estabilização macroeconômica realizados no Brasil e na Argentina, inserido no contexto de integração regional desde os anos noventa.

3) PROGRAMAS DE ESTABILIZAÇÃO ECONÔMICA

A necessidade de retomar o crescimento e, por conseguinte, criar uma região mais coesa esbarrava na vulnerabilidade econômica dos países em questão. As constantes batalhas contra a instabilidade do nível geral de preços e a estagnação econômica foram inúmeras vezes fracassadas. A partir dos anos noventa, esses problemas começaram a ser solucionados no Brasil e na Argentina através de programas de estabilização.

No ano de 1991, a Argentina largou na frente com o Plano de Conversibilidade que atrelava o peso ao dólar americano funcionando como um sistema de *currency board*³. A intenção era resgatar a credibilidade perdida perante o sistema monetário utilizando-se da constituição para assegurar a paridade de sua taxa de câmbio com o dólar norte-americano. Anos mais tarde, o Brasil descobria um mecanismo que, finalmente, parecia resolver os problemas inflacionários no país. Após inúmeros planos como Cruzado, Bresser, Verão, Collor I e II, o programa desenvolvido pelo então Ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso e sua equipe foi capaz de enfrentar e combater as expectativas inflacionárias dos agentes econômicos. Diferentemente de seu vizinho, o Brasil adotou mini-desvalorizações permitindo uma maior flexibilidade de suas políticas perante o câmbio, caracterizada por um modelo de *crawling peg*⁴. Mesmo com a retomada dos crescimentos econômicos experimentados nos primeiros anos pós-planos, a sustentabilidade, no contexto do Mercosul, era discutida dada a essa divergência de medidas adotadas entre os dois países. A partir de episódios ocorridos no mercado internacional, como as crises mexicana, asiática e russa, suas políticas cambiais entraram em xeque havendo a necessidade de revisão e flexibilização de suas estratégias de estabilização.

Em 1999, o Brasil viu seu câmbio desvalorizar de forma brutal e assombrosa. Assim sendo, o país abandonou o sistema de bandas e deixou seu câmbio flutuar livremente perante a moeda americana para evitar o colapso do balanço de pagamentos. Inserido no mesmo cenário, mas adotando premissas diferentes, o abandono da paridade por parte da Argentina representaria uma enorme quebra de confiabilidade que lhe acarretaria custos muito maiores do que os suportados pelo Brasil. Sustentando sua política cambial através

³ Sistema cambial rígido, expresso por taxa de câmbio fixa. A autoridade monetária pode interferir somente quando houver entrada de divisas (Edwards, 1999).

⁴ Taxa de câmbio nominal ajustada periodicamente de acordo com uma série de indicadores (Edwards, 1999).

da diminuição do desempenho econômico e aumento do desemprego, os *policy makers* viram-se obrigados a abandonar de vez a paridade peso-dólar, motivando a crise cambial argentina de 2001.

Os caminhos escolhidos por Brasil e Argentina para atingir e manter a estabilidade econômica divergiram desde o início. Essa diferença feria os objetivos de uma maior integração comercial. Entender os distintos trajetos seguidos pelos dois países ajuda na reflexão sobre a evolução do comércio bilateral Brasil-Argentina e os respectivos impactos sofridos pelo bloco, demonstrado na seção anterior. Além disso, as decisões políticas-econômicas adotadas influenciam diretamente na agenda de negociação bilateral Brasil-Argentina e do bloco como um todo.

a) BRASIL: PLANO REAL E SUAS CARACTERÍSTICAS

Com a intenção de combater mais de trinta anos de alta inflação e recorrer a mecanismos que não repetissem os erros dos inúmeros planos passados, o Plano Real, foi organizado em uma etapa de curto prazo, almejando alcançar estabilidade dos preços, e outra de longo prazo, para garantir a manutenção desta estabilidade. Para isso, o programa dividiu-se em três grandes fases sequenciais, destacadas por Giambiagi (2005): a) ajuste fiscal de curto prazo com equilíbrio das contas públicas; b) superindexação através da Unidade Real de Valor (URV) como unidade de referência; c) desindexação com estabilidade do nível de preços através de uma reforma monetária adotando, assim, o Real como nova moeda.

A primeira fase contava com a instauração do Programa de Ação Imediata (PAI) que redefiniria a relação entre União, Estado, Municípios, através do combate à sonegação, pela busca de maior eficiência dos gastos públicos, otimização da receita tributária, maior controle fiscal, reforma da Previdência e saneamento de dívidas da esfera pública. Juntamente com o PAI, a emenda constitucional nº 1, de 1994, criava o Fundo Social de Emergência (FSE) que tinha objetivo bem compreendido pelo Artigo 71 descrito a seguir:

“Art. 71. Fica instituído, nos exercícios financeiros de 1994 e 1995, o Fundo Social de Emergência, com o objetivo de saneamento financeiro da Fazenda Pública Federal e de

estabilização econômica, cujos recursos serão aplicados no custeio das ações dos sistemas de saúde e educação, benefícios previdenciários e auxílios assistenciais de prestação continuada, inclusive liquidação de passivo previdenciário, e outros programas de relevante interesse econômico e social”.

Esses dois esforços destacados seriam de grande relevância para o prosseguimento do programa e implementação da segunda fase. Diferentemente dos antigos programas, o Plano Real considerava, mesmo não sendo de forma primordial, a busca pelo equilíbrio fiscal para um maior sucesso no combate à inflação.

A segunda fase visava zerar a memória inflacionária dos agentes de forma voluntária. Mais uma vez, o plano mostrava-se diferente dos anteriores, que utilizaram ou congelamento de preços ou a introdução de uma moeda indexada em paralelo à moeda corrente. Políticas econômicas puramente heterodoxas ou ortodoxas não demonstraram grande eficácia no combate de longo prazo da inflação. No caso de congelamento, contratos são amarrados por uma nova ordem dos preços o que dificulta a relação entre os indivíduos da economia.

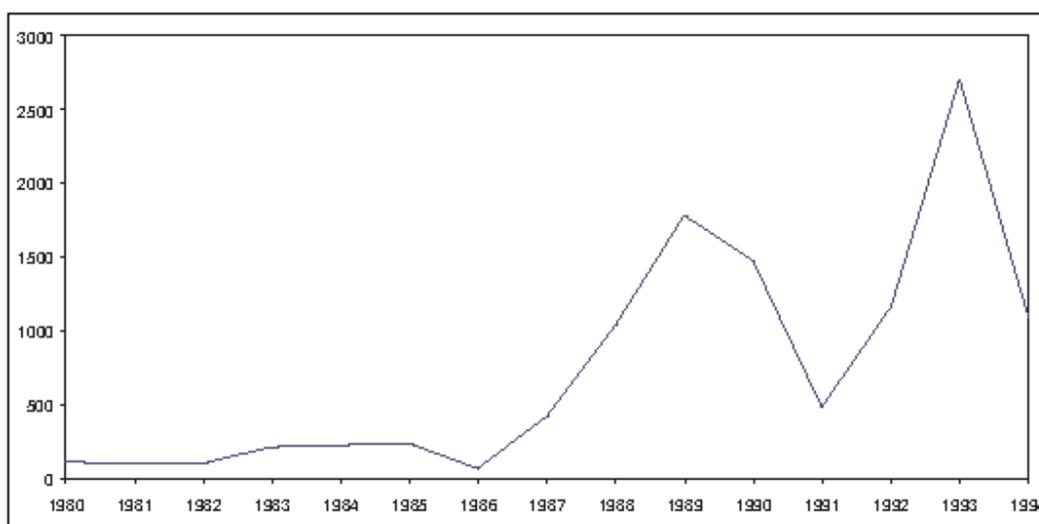
Quando duas unidades monetárias estão presentes em uma economia, a demanda pela moeda considerada “nova” será maior do que a “velha”, dada expectativa de substituição das moedas, conduzindo para o crescimento da inflação com relação à “nova” moeda. Por este motivo o Real, de uma forma híbrida, entrou apenas como nova unidade de conta e reserva de valor a fim de evitar um repúdio por Cruzeiro Real que, até então, era a moeda utilizada como forma de pagamento. Este período de transição permitiu uma adaptação da URV facilitando a geração de contratos e reforçando a credibilidade dos indivíduos, pois foram evitadas quebras de contrato, congelamento de preços e, conseqüentemente, risco de crescimento da inflação.

Por fim, alcançar estabilidade cambial a partir da introdução do Real como forma de pagamento, através da desindexação. Tomando cuidado com relação às questões descritas anteriormente, seria possível passar do Cruzeiro Real para o Real sem que o governo necessitasse recorrer à emissão de cédulas para se financiar. Isto aconteceu de fato no dia 1º de julho de 1994, em que a nova moeda, o Real, equivalia a 1 URV, 1 dólar norte-

americano e a 2.750 Cruzeiros Reais. Assim, o Brasil estaria com uma moeda forte, estável e com a inflação controlada.

Tomando como base a década de oitenta e os três primeiros anos da década de noventa que antecederam o Plano Real, percebemos efetivamente o período de estagflação, inflação e baixo crescimento do PIB, que a economia brasileira vivia. Durante o período em questão, a taxa de crescimento médio do PIB foi de 2,1% ao ano, segundo dados do Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada, com taxa de inflação média de 438% ao ano.

Gráfico 5 – Taxa de inflação (IGP-DI)
Período: 1980-1994

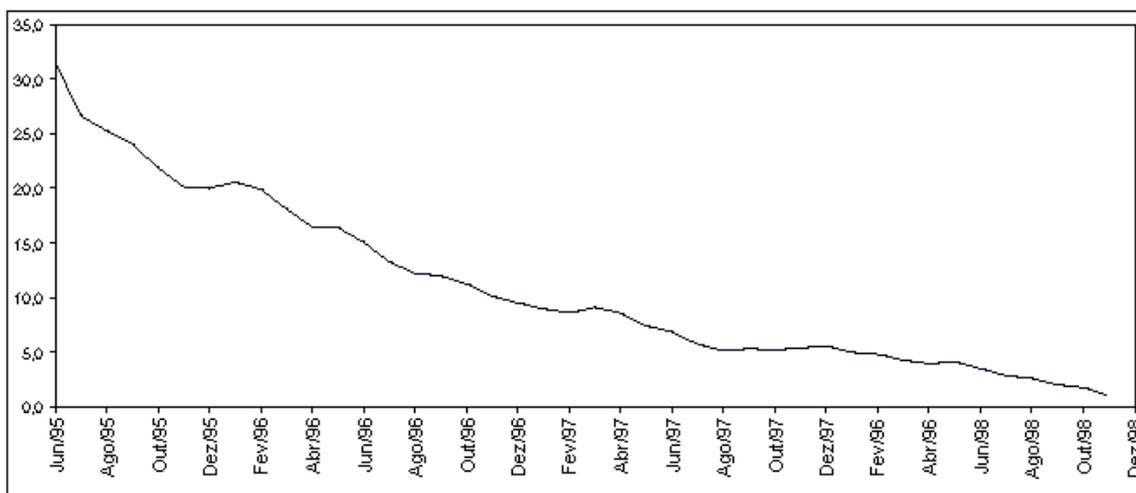


Fonte: Fundação Getúlio Vargas (FGV).

A principal missão do plano, combater a inflação, estava sendo cumprida mesmo com níveis de crescimento econômico não tão expressivos. Os primeiros anos contaram com queda consecutiva da inflação em que a taxa mensurada pela média do IGP-DI, INPC e IPC-Fipe foi de 20% em dezembro de 1995. Ao final do ano seguinte esse valor reduziu-se a apenas um dígito, indo para 9,5%. Continuando o caminho descendente a inflação foi de 5,6% em 1997, atingindo significativos 0,8% ao final de 1998, ano precedente à crise cambial brasileira.

**Gráfico 6 – Taxa de inflação acumulada em 12 meses
(Média do IGP, INPC e IPC-Fipe)**

Período: Junho 1995 a Dezembro 1996



Fonte: Fundação Getúlio Vargas (FGV).

O controle fiscal fora identificado como importante fator para o controle da inflação, mas na prática esse item não foi seguido à risca. Do período que vai de 1995 a 1998, a proporção da necessidade de financiamento do setor público com relação ao PIB pulou para 5,2% em contraste aos 0,4% apresentados entre 1991 e 1994, segundo fontes do Banco Central. Isto ocorreu em virtude do aumento do peso dos juros e os déficits primários apresentados. Este desequilíbrio fiscal acarretou em um aumento da dívida pública que atingiu 31,7% do PIB, em 1998, muito acima dos 17,6% apresentados no ano de 1994. Com relação à dívida externa, o percentual com relação ao PIB passou de 8,4% para 6,6% de 1991 a 1998. No agregado, a dívida líquida total foi de 38,3% do PIB no final de 1998.

Com o sucesso do plano em combater a inflação, estabilizando o nível geral de preços e apreciando de forma acentuada a moeda brasileira com relação ao dólar, o custo de importar máquinas diminuiu, refletindo no nível de emprego. Além disso, os inúmeros benefícios exigidos pela Constituição para empregar um funcionário de maneira legal implicavam em elevado custo para as empresas. Neste contexto, o índice de desemprego, medido pelo IBGE, aumentou de 4,6%, em 1995, para 7,6% em 1998.

O cenário externo foi um fator importante para a boa caminhada do programa. Através da abertura comercial dos anos noventa e o excesso de liquidez global, os países

em desenvolvimento conseguiram atrair cada vez mais investimento externo, o que ajudou no processo de crescimento econômico. O Brasil acumulava reservas internacionais crescentes ao longo dos anos o que lhe permitia maior controle perante o câmbio. É importante ressaltar que a maior exposição aos capitais estrangeiros resulta em um maior risco frente a choques externos. Mesmo assim, a liquidez de capital ao redor do mundo era bastante diferente da década anterior, que contara com duas crises do petróleo, e se estendeu até 1997. Apenas a partir deste ano, com a crise russa, e posteriormente a crise asiática, os países começaram a sofrer pressões externas preocupantes.

b) ARGENTINA: PLANO DE CONVERSIBILIDADE E SEUS IMPACTOS

A Argentina vivera anos conturbados, como o Brasil, com relação à instabilidade econômica. O histórico do país diante do problema inflacionário fora desastroso nas últimas décadas, apresentando altos índices de inflação havendo a necessidade de uma política que colocasse um ponto final nesta questão. No ano de 1989, o país apresentou inflação na casa dos 3.000% e o PIB decrescendo em 7%. Após algumas tentativas como o Plano Austral de 1986, Domingo Cavallo, o então ministro da economia do governo de Carlos Menem, anunciou, em 1991, o Plano de Conversibilidade que atrelava a moeda local ao dólar americano através de um sistema de *currency board*. O desejo do governo argentino era resgatar a credibilidade diante do sistema monetário e, para tal fim, utilizou-se da Constituição, com aprovação do Congresso, para assegurar a paridade entre as moedas no formato de lei. Assim, foi criada uma nova moeda argentina, o peso, com equivalência de um para um com o dólar. Eventuais mudanças na taxa de câmbio deveriam ser aprovadas pelo Poder Legislativo.

Como a intenção do governo argentino era retomar a confiança, a lei estipulada previa um volume de meios de pagamento de no máximo 100% com relação ao estoque de reservas internacionais. Respeitando esta proporção, haveria sempre a possibilidade de trocar todo ou qualquer volume de moeda local por dólar, acalmando os investidores estrangeiros. Devido ao histórico de hiperinflação vivido pelos argentinos, a dolarização da economia seguiu como caminho natural conduzindo a moeda americana a ser normalmente transacionada no comércio, hotéis, restaurantes, sendo até possível abrir uma conta no

banco com a moeda norte-americana. A retomada da paridade entre o peso e dólar era uma forma rígida e forçada de elevar a credibilidade do país para com os investidores externos e os agentes econômicos argentinos. Inevitavelmente, o país abria suas portas ao mundo.

É importante ressaltar que a partir de um plano que fixava o câmbio com uma moeda estrangeira, inserida em um mundo globalizado com grande mobilidade de capital, a Argentina abandonaria sua autonomia de política monetária doméstica conforme o “Trilema da Economia Aberta” ou “Trindade Inconsistente”, resumido por Obstfeld e Taylor (1998) a partir do modelo Mundell-Fleming. O Trilema diz que em uma economia aberta é impossível obter, ao mesmo tempo, livre mobilidade de capitais, taxa de câmbio fixa e autonomia política monetária voltada aos objetivos domésticos.

Por mais rigoroso que fosse o Plano, em um primeiro momento, houve significativa melhora dos indicadores macroeconômicos, levando o país a um período de crescimento econômico. De 1990 para 1991, início da implementação do Plano, a inflação caiu 2.142 pontos percentuais, saindo de 2.314% para 172%, conforme os dados do Ministério de Economia da Argentina. Os anos seguintes foram extremamente positivos ao combate à inflação, passando para 24,9% no ano adjacente e alcançando 0,9% no ano de 1998. Os últimos três anos do Plano, 1999, 2000 e 2001, contaram com deflação de 1,2%, 0,9% e 1,1%, respectivamente. Com relação ao PIB, a Argentina passou de uma taxa média negativa na década de oitenta, em -0,5%, para um crescimento médio de 4,0% durante o Plano. Destaque para o triênio 1991-1993, cuja variação do PIB foi de mais de 10% a.a.

Tabela 11 – Evolução da inflação e do PIB na Argentina

Período: 1985-2001

Ano	Variação (%) do PIB	Inflação	Ano	Variação (%) do PIB	Inflação	Ano	Variação (%) do PIB	Inflação
1985	-6,6	672,1	1991	10,5	172,1	1997	8,1	0,5
1986	7,3	90,1	1992	10,3	24,9	1998	3,9	0,9
1987	2,6	131,3	1993	10,3	10,7	1999	-3,4	-1,2
1988	-2,0	343,0	1994	6,3	4,1	2000	-0,5	-0,9
1989	-7,0	3.070,0	1995	5,8	3,4	2001	-4,4	-1,1
1990	-1,3	2.314,0	1996	-2,8	0,2			

Fonte: Ministério de Economia da Argentina.

Visando uma paridade de um para um com a moeda estrangeira e com a intenção de manter qualquer valor conversível ao dólar, a evolução do balanço de pagamento era acompanhada de perto pelos economistas e formuladores de políticas do país. Em dez anos

de Plano, a Argentina conseguiu sustentar um balanço de pagamentos superavitário dado o grande ingresso de capital estrangeiro, que refletia de maneira positiva na sua conta de capital. Por outro lado, a conta corrente, fortemente influenciada pela paridade do câmbio e, conseqüentemente, o estímulo à importação dado o crescimento econômico e a apreciação do câmbio real, sofreu impactos negativos de 1992 a 1994 e 1997 a 1999.

Através do plano e de seus resultados imediatos excepcionais no combate a inflação, foi possível conciliar um crescimento do PIB de forma rápida dada a presença de uma demanda reprimida, à perspectiva de dias mais tranqüilos. Com a normalização do nível geral de preços, os consumidores tinham condições de planejamento e poder de compra para alimentar novamente a economia argentina, impulsionando o crescimento econômico durante os anos noventa.

Entretanto, em direção oposta ao crescimento do PIB e controle da inflação, estavam os desequilíbrios com as contas públicas e o endividamento externo. O primeiro era crescente, com o aumento de gastos primários. Até 1996, foi possível disfarçar a falta de controle nos gastos do governo e o endividamento público devido ao grande número de privatizações realizadas e seus respectivos recursos. Anos mais tarde, seria possível evidenciar a incompatibilidade entre política monetária e cambial fixa com política fiscal expansionista. O segundo item também se encontrava em ascensão durante os anos do sistema de cambio fixo. A dívida externa argentina, que era de US\$ 57 bilhões no início do plano, passou para US\$ 148 bilhões ao seu final e, em proporção ao PIB, cresceu de 30% para aproximadamente 55% demonstrando a falta de controle fiscal por parte do governo. Com essa indisciplina, as exportações do país mal eram suficientes para suprir o serviço da dívida, pagando, em 2001, o equivalente a 90% de seu valor.

No primeiro ano do Plano de Conversibilidade, o índice de desemprego foi de 6,3% chegando a 16,4% ao final do mesmo. Além disso, a competição das empresas argentinas com os bens importados era desigual devido à taxa cambial vigente. Com isso, o número de empresas que fecharam as portas aumentou, conseqüentemente, o índice de desemprego do país era afetado de maneira negativa.

O Plano conseguiu cumprir seu papel de estabilização econômica e redução de inflação. Porém anos mais tarde, em 2001, a paridade cambial peso-dólar foi rompida. Sustentando sua política cambial via aumento do desemprego e diminuição do desempenho

econômico, em um determinado momento tais medidas não suportariam a pressões políticas e sociais. Isto ocorreu no ano de 2001, quando os *policy makers* viram-se obrigados a abandonar de vez a paridade fixa, implicando na crise cambial argentina.

c) CONFRONTO DAS POLÍTICAS MACROECONÔMICAS ADOTADAS

Os diferentes caminhos para estabilizar a economia geraram visões conflitantes sobre como seria a coordenação de políticas macroeconômicas entre os países. Enquanto a Argentina utilizou de um sistema de câmbio fixo, o Brasil adotou um sistema de mini-desvalorizações. Com isso, a taxa de câmbio real dos dois países não seguia políticas convergentes o que implicaria em eventuais conflitos dada a possibilidade de mudanças de competitividade. Além disso, os dois países apresentavam distintos níveis de inflação e taxas de crescimento ao longo deste período.

Tabela 12 – Indicadores macroeconômicos selecionados

Período: 1997-2002

País	1997	1998	1999	2000	2001	2002
1. Variação do PIB (%)						
Argentina	8,1	3,9	- 3,4	- 0,8	- 4,4	- 10,9
Brasil	3,3	0,1	0,8	4,4	1,4	1,5
2. Inflação - IPC¹ (%)						
Argentina	0,5	0,9	- 1,2	- 0,9	- 1,1	25,9
Brasil	6,0	3,8	4,8	6,2	7,5	10,2
3. Taxa de câmbio nominal²						
Argentina (peso/US\$)	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	3,09
Brasil (real/US\$)	1,08	1,16	1,81	1,83	2,35	2,93

¹ Variação anual média. ² Taxa de câmbio nominal média do ano.

Fonte: Centro de Economia Internacional do Ministério de Relaciones Exteriores, Comercio Internacional y Culto da Argentina.

Em um primeiro momento, Brasil e Argentina concentravam seus esforços no combate à inflação e na retomada do crescimento, descritos nos itens anteriores. Assim, as

divergências cambiais não chamavam a atenção naquele momento devido à euforia da retomada do crescimento e ao efetivo combate a inflação como pode ser visto nas tabelas abaixo:

Tabela 13 – Crescimento anual do PIB (preços constantes de 1995)

Período: 1980-1990 e 1991-1995

	1980-1990	1991-1995
Argentina	-0,7	5,8
Brasil	1,6	3,1

Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).

Tabela 14 – Índice de preços ao consumidor (taxas anuais)

Período: -1990 e 1991-1995

	Média 1980-1990	1990	Média 1995-2005	2005
Argentina	584	2.314	6	12
Brasil	330	2.862	9	6

Fonte: CEPAL.

A Argentina havia apresentado uma queda anual do PIB no período de 1980 a 1990 na taxa de média de 0,7% ao ano. Com o Plano de Conversibilidade (1991), o país conseguiu reverter esta situação ao atingir elevados 5,8% ao ano no período de 1991 a 1995. O Brasil apresentou crescimento anual de 1,6% do PIB na década de oitenta. Devido ao sucesso mais tardio de combate à instabilidade econômica, com o Plano Real (1994), sua taxa de crescimento anual foi mais moderada do que a apresentada pelo país vizinho, ficando em 3,1% no período de 1991-1995. Com relação à inflação, após o elevado índice apresentado em 1990, com 2.314% na Argentina e 2.862% no Brasil, as taxas passaram para 12% e 6%, respectivamente, em 2005, com uma média de 6% e 9% no período de 1991-1995.

Outro importante indicador como a renda *per capita* refletia a melhora do PIB nos dois países e o sucesso dos planos no que diz respeito à estabilização das suas economias. Houve um aumento deste indicador em ambos os países com grande crescimento apresentado na Argentina e a retomada brasileira.

Tabela 15 – Crescimento médio anual do PIB *per capita***Período: Seleccionados**

	1980-1990	1991-1995
Argentina	-2,1	4,4
Brasil	-0,4	1,5

Fonte: CEPAL.

O cenário interno de cada país encontrava-se favorável nos primeiros anos dos planos refletindo bons momentos depois da complicada década de oitenta. Porém, a divergência cambial entre os países lhes custaria caro em um certo momento. Mais precisamente, a partir da crise cambial brasileira de 1999. Passado aquele momento de euforia dos planos, os dois países viam suas políticas cambiais distintas refletirem no comércio bilateral e na evolução do Mercosul.

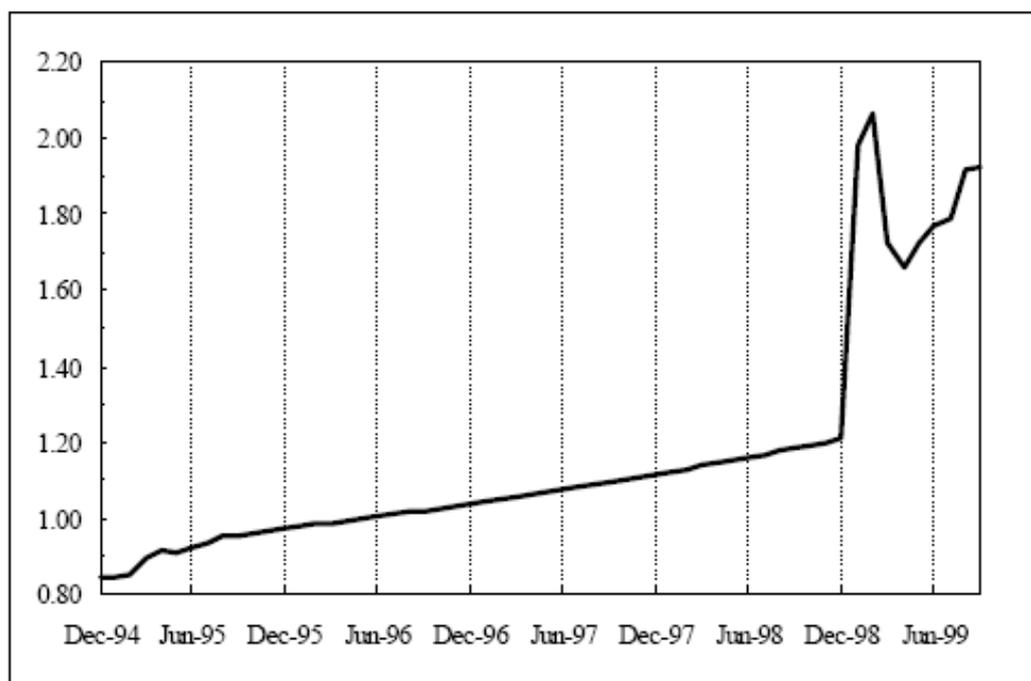
As grandes crises internacionais representavam ameaça ao capital estrangeiro presente em países em desenvolvimento, como o Brasil. Quando ocorre um choque externo, o capital estrangeiro busca investimentos mais seguros. Com as crises mexicana, asiática e russa, o Brasil sofreu sucessivas perdas de reservas internacionais. Em 1997, houve perda de US\$ 10 bilhões e, no ano seguinte, de US\$ 25 bilhões em apenas dois meses (agosto e setembro) conforme dados do Banco Central. Com o objetivo de diminuir os eventuais impactos dos choques o governo brasileiro adotou medidas restritivas como o corte de US\$ 4 bilhões no orçamento de 1998 e modificou sua taxa de juros para patamares elevadíssimos de 49,75% ao ano a fim de atrair capital externo, mas aumentando sua dívida pública. Visando estabelecer um controle fiscal, foi proposto o Programa de Estabilidade Fiscal que seria financiado através de recursos provenientes do FMI (41,5 bilhões).

Para que o acordo com o FMI fosse concretizado, o país devia atingir algumas metas. Evitando desvalorizar o câmbio, com o intuito de manter o controle sobre a inflação, a solução para atender aos pedidos do Fundo foi realizar um aperto fiscal. Como a necessidade de reajuste fiscal era urgente, sem modificar o câmbio, as conseqüências poderiam acarretar em redução do nível de atividade. Somada à rejeição por parte do Congresso em aprovar o Programa de Estabilidade Fiscal e a desconfiança gerada ao redor do Brasil pelo fato de recorrer a empréstimos junto ao FMI, a alternativa ligada à desvalorização cambial não podia ser totalmente descartada.

A falta de reservas internacionais e a desconfiança sobre a sustentabilidade da política cambial brasileira induziu ao abandono das mini-bandas de desvalorização para bandas mais largas, em um primeiro momento, até a liberalização total do câmbio. A taxa de câmbio real-dólar que era de R\$ 1,2114, em 12 de janeiro de 1999, passou para 1,47 no dia 15 do mesmo mês. Ao final daquele mês a moeda havia desvalorizado 39% acumulando 42% no mês seguinte.

Gráfico 7 – Taxa de câmbio nominal (R\$/US\$)

Período: 1994-1999



Fonte: Banco Central do Brasil.

A grande preocupação da desvalorização cambial remetia à retomada do crescimento da inflação. No entanto, com a redefinição dos agentes sobre as expectativas baseadas no novo regime cambial, o baixo crescimento econômico da época e questões circunstanciais como a boa safra agrícola apresentada naquele ano, o aumento da inflação foi menor do que o esperado. O IPCA atingiu o acumulado de 6,0% ao ano, em 1999, atendendo a meta de 8,0% ao ano (com variação de 2% para mais ou para menos) do governo.

Tabela 16 – Evolução do IPCA no Brasil**Período: 1993-1999**

Ano	Consumidor IPCA
1993	540,8
1994	2.076,1
1995	64,6
1996	16,7
1997	6,9
1998	3,2
1999	6,0

Fonte: FGV e IBGE.

Em contrapartida aos receios de aumento da inflação, o cenário para a exportação apresentava otimismo com o novo regime cambial brasileiro. A partir da desvalorização cambial, os produtos brasileiros ganharam em competitividade via taxa de câmbio. Quando um país apresenta um câmbio depreciado em relação a outro país, os produtos provindos daquele país ficam mais baratos do que os produtos locais. Isso de fato ocorreu. De 1997 para 1999, a taxa de cambio real do Brasil teve uma desvalorização de 38 pontos (ano base 2000 = 100), passando de 70 para 108 pontos.

Tabela 17 – Evolução do câmbio real efetivo (Base: 2000 = 100)**Anos: 1997 e 1999**

	1997	1999
Argentina	113	100
Brasil	70	108

Fonte: CEPAL.

Os produtos brasileiros ganharam em competitividade em relação aos produtos argentinos levando à diminuição de um superávit comercial anual de US\$ 1,5 bilhão e 1,2 US\$ bilhão, entre 1995 e 1998, da Argentina com o Brasil em 65%, atingindo superávit de apenas US\$ 448 milhões, em 1999.

Tabela 18 – Evolução da balança comercial Brasil-Argentina
Período: 1995-2001

Ano	Exportação	Importação	Saldo
1995	4.041.135.877	5.591.392.742	-1.550.256.865
1996	5.170.031.615	6.805.466.613	-1.635.434.998
1997	6.769.401.758	7.941.275.826	-1.171.874.068
1998	6.748.203.941	8.023.468.113	-1.275.264.172
1999	5.364.140.489	5.812.211.301	-448.070.812
2000	6.237.684.373	6.843.231.619	-605.547.246
2001	5.009.810.224	6.206.537.463	-1.196.727.239

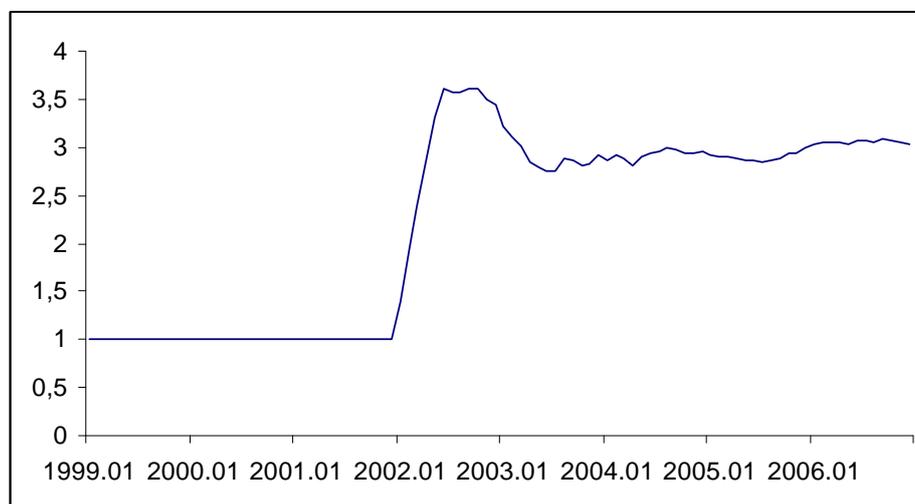
Fonte: MDIC.

O ano de 2000 continuou a apresentar esta tendência de ganho para os produtos brasileiros pós-valorização. Apenas após a desvalorização da moeda argentina com a quebra da paridade do peso-dólar, o saldo da balança comercial entre os dois países retomou a patamares históricos. Em 2001, a crise Argentina estava caracterizada.

Como já foi mencionado, o governo argentino lastreava sua política cambial às custas do aumento do desemprego e aumento da dívida pública. Em razão dos diversos choques externos sofridos a partir de 1997 e com a rigidez imposta pelo Plano de Conversibilidade, que impedia a utilização de instrumentos macroeconômicos para evitar a recessão econômica, os *policy makers* viram-se obrigados a abandonar de vez a paridade peso-dólar, configurando o cenário que causaria a crise cambial argentina.

No final de 2001, a taxa de câmbio entre Argentina e EUA era de 0,99 peso-dólar, passando para 1,40 peso-dólar em janeiro de 2002. Em fevereiro o câmbio evolui para 1,95 peso-dólar e terminou aquele ano em 3,43 peso-dólar. O ano de 2003 apresentou uma apreciação do peso perante o dólar, fechando em 2,92, mantendo-se semelhante, em 2004, com taxa de 2,95 em dezembro. Em janeiro de 2006 a paridade ultrapassava novamente os 3,00 pesos-dólar.

Gráfico 8 – Evolução da taxa de câmbio peso argentino / dólar americano
Período: 1999-2006



Fonte: IPEA-DATA.

Segundo O'Connell (2002), quando o Plano de Conversibilidade foi criado, a taxa de câmbio real já se encontrava sobrevalorizada tendo em vista da experiência inflacionária argentina da década de oitenta. Além do mais, entre 1993 e 1997, com a inflação menor na Argentina do que a apresentada nos EUA, o dólar começou a se valorizar em relação ao peso. A partir da crise cambial brasileira de 1999, a economia Argentina observava uma piora de sua competitividade diante os produtos brasileiros. Segundo Perry (2002), a apreciação efetiva do dólar, em 1998, contribuiu em aproximadamente 20% para a sobrevalorização do peso, enquanto que a desvalorização do real contribuiu com 11%. O autor estimou uma apreciação acumulada do peso, no período de 1990 a 2001, de cerca de 75%. A partir desses dados é visível a incompatibilidade do regime de câmbio fixo, com grande sobrevalorização real do câmbio, e manutenção de competitividade.

Com a desvalorização do peso, a balança comercial bilateral Brasil-Argentina retomou a patamares históricos, atingindo superávits argentinos no valor de US\$ 1,2 bilhão, em 2001, e US\$ 2,4 bilhões, em 2002. A taxa de câmbio real da Argentina apresentou desvalorização, de 1999 a 2002, de 122 pontos (ano base 2000 = 100), passando de 100 para 222 pontos.

Tabela 19 – Evolução da balança comercial Brasil-Argentina**Período: 1999-2002**

Ano	Exportação	Importação	Saldo
1999	5.364.140.489	5.812.211.301	-448.070.812
2000	6.237.684.373	6.843.231.619	-605.547.246
2001	5.009.810.224	6.206.537.463	-1.196.727.239
2002	2.346.508.274	4.743.785.116	-2.397.276.842

Fonte: MDIC.

Tabela 20 – Evolução do câmbio real efetivo (Base: 2000 = 100)**Anos: 1999, 2002 e 2005**

	1999	2002	2005
Argentina	100	222	215
Brasil	108	130	104

Fonte: CEPAL.

Paralelamente ao incessante combate à inflação, havia uma preocupação com as contas fiscais, controle da dívida externa e equilíbrio do balanço de pagamentos em ambos os países. Aprendendo com as crises, os países perceberam que a presença de desequilíbrio nas contas externas e internas aumentava a intensidade dos choques externos. Com isso, Brasil e Argentina buscaram melhorar seus respectivos indicadores de solvência. Segundo dados da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), o déficit público, na ordem de grandeza, foi menor no triênio de 2003-2005 do que no de 1996-1998.

Tabela 21 – Resultado do Setor Público em Proporção do PIB**Períodos: 1996-1998 e 2003-2005**

	1996-1998	2003-2005
Argentina	2,0	1,2
Brasil	3,5	1,9

Fonte: CEPAL.

Observando a situação em 1990 e 2005 com relação à dívida externa em proporção das exportações de bens e serviços, destaque para os indicadores brasileiros e argentinos que apresentaram reduções de 252 e 241 pontos percentuais, respectivamente. Em conjunto com a preocupação pela manutenção da estabilidade econômica, o saldo em conta corrente

de Brasil e Argentina apresentou uma evolução ao longo dos anos. Os argentinos apresentaram uma evolução mais significativa do saldo em conta corrente como percentual do PIB revertendo uma situação de -2,7% na média de 1991-1995 para 1,9%, em 2001-2005. O Brasil também apresentou recuperação com relação ao seu saldo em conta corrente e, conseqüentemente, menor dependência de recursos externos.

Tabela 22 – Dívida externa / exportação de bens e serviços (%)

Anos: 1990, 2000 e 2005

	1990	2000	2005
Argentina	496	498	255
Brasil	395	303	143

Fonte: CEPAL.

Tabela 23 – Saldo em conta corrente como proporção do PIB

Períodos: 1991-1995, 1996-2000 e 2001-2005

	Média 1991-1995	Média 1996-2000	Média 2001-2005
Argentina	-2,7	-3,8	1,9
Brasil	-0,4	-4,0	-0,3

Fonte: CEPAL.

As distintas políticas macroeconômicas abordadas nesta seção de fato propiciaram a estabilidade econômica de Brasil e Argentina. Contudo, a não sustentabilidade dos divergentes regimes cambiais apresentados foi comprovada com as crises cambiais de 1999 e 2001 refletindo na evolução comercial do bloco, tratado na seção II. Devido às mudanças nas relações de troca entre os países e, conseqüentemente, na competitividade dos produtos, o fluxo de comércio foi diretamente afetado. Foi possível também perceber que quando os países convergiram suas políticas macroeconômicas a partir da preocupação com o equilíbrio das contas públicas e do balanço de pagamento, além da presença de um regime cambial flutuante em ambos os países, houve um resgate do fluxo de comércio no Mercosul. No entanto, o alinhamento das políticas macroeconômicas está longe de um final feliz e a próxima seção está focada na discussão dos principais produtos e setores envolvidos no contencioso Brasil-Argentina.

SEÇÃO IV

Impactos dos programas de estabilização e reflexos da falta de coordenação macroeconômica no intercâmbio comercial bilateral Brasil-Argentina.

4) REFLEXOS DA FALTA DE COORDENAÇÃO MACROECONÔMICA NO INTERCÂMBIO COMERCIAL BILATERAL BRASIL-ARGENTINA

Segundo a Ata de Buenos Aires de 1990, a livre circulação de bens estaria instaurada no dia 31 de dezembro de 1994. No entanto, devido aos inúmeros desentendimentos entre os parceiros e o caráter protecionista do empresariado argentino, este prazo foi prorrogado até dias mais recentes. Herdando os setores que fizeram parte do Regime de Adequação, o contencioso bilateral Brasil-Argentina mantém os mesmos que foram discutidos naquela época como papel e celulose, calçados, têxtil, brinquedos, eletrônicos e açucareiro.

Os diferentes caminhos seguidos por Brasil e Argentina rumo à estabilidade econômica ajudam a entender as mudanças de competitividade entre os produtos brasileiros e argentinos causadas pela variação da taxa de câmbio real entre as partes. Alegando recuperação da indústria nacional, os acordos de restrição voluntária, preços mínimos, licenciamentos automáticos e não-automáticos serviam de proteção para determinados setores que não estariam preparados para suportar a competição intra-bloco. Visando limitar a “invasão” de produtos provenientes de países-membro por conta da livre circulação dos bens, o Regime de Adequação e as listas de exceções eram sustentadas e estendidas ao longo dos anos. Essas divergências foram potencializadas pela falta de coordenação macroeconômica entre os países gerando um contencioso comercial entre os dois países que feria o conceito de integração regional.

a) CONTENCIOSO BILATERAL BRASIL-ARGENTINA

Os produtos apresentados no contencioso bilateral Brasil-Argentina, ou seja, aqueles que possuem algum tipo de entrave ou problema comercial, são em sua maioria os mesmo que foram temas de discussão nos primórdios do Mercosul com o Regime de Adequação, que vigoraria até 01/01/1999 para Argentina e Brasil. A partir do relatório de 2007⁵ da unidade de Negociações Internacionais da Confederação Nacional da Indústria (CNI), que

⁵ Relatório de monitoramento interno disponibilizado como fonte de estudo.

monitorou a evolução do contencioso⁶, percebemos o impacto das medidas restritivas e protecionistas no intercâmbio comercial bilateral.

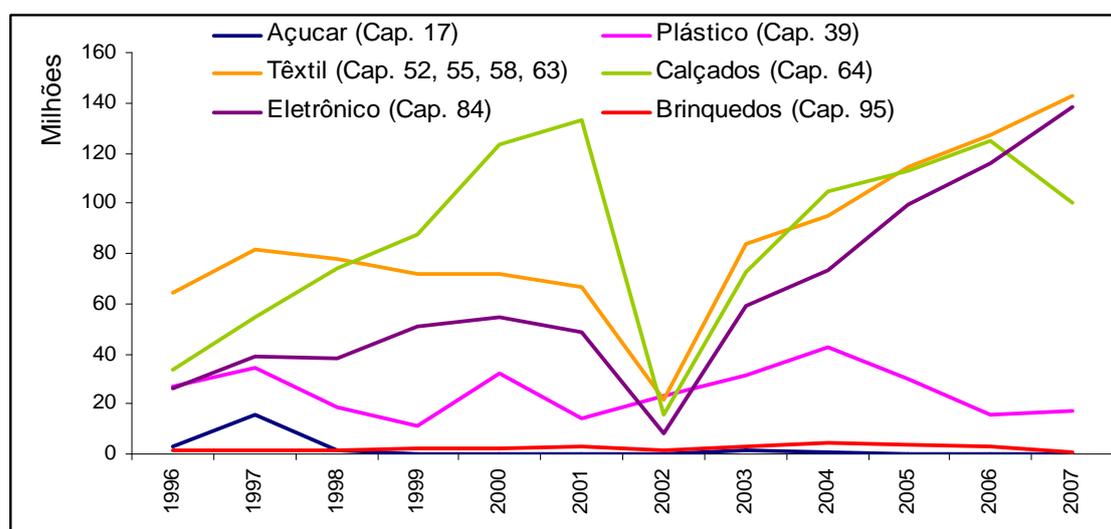
Tabela 24 – Evolução do comércio do contencioso bilateral Brasil-Argentina
Período: 2004-2007

Capítulo	Descrição do Capítulo	Nº de linhas	2004		2005		2006		2007	
			Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.
17	Açúcar	2	500	1	147	0	25	0	282	0
39	Plásticos	1	42.659	99.339	30.107	91.285	15.530	1.543	16.933	6.444
40	Borracha	1	3.781	0	2.180	0	2.005	0	1.972	0
48	Papel e Celulose	4	11.364	600	14.756	1.182	19.531	3.303	28.700	14.661
52	Algodão	18	44.380	54	56.763	143	66.523	282	70.706	635
55	Fibras sintéticas	5	22.118	2.159	23.173	2.462	21.971	1.344	32.182	1.596
58	Tecidos especiais	2	7.087	0	8.284	0	7.326	0	2.979	0
63	Outros têxteis confeccionados	1	21.685	0	25.927	0	30.941	2	37.206	4
64	Calçados	22	104.702	277	112.777	402	125.212	837	100.010	594
69	Produtos cerâmicos	2	1.539	0	1.758	0	1.118	0	1.482	0
70	Vidro	1	3.623	17	4.781	64	6.101	94	314	0
72	Ferro e aço	33	65.975	8.088	64.530	15.558	76.911	90	121.868	4.712
73	Obras de ferro ou aço	4	14.028	1.180	16.548	877	22.779	96	24.465	3
82	Ferramentas de cutelaria	4	2.133	0	2.432	26	2.108	34	2.130	103
84	Instrumentos mecânicos	3	73.046	32	99.760	0	115.807	0	138.464	4.145
85	Máquinas e materiais elétricos	4	30.860	1.214	28.177	4.247	34.908	4.383	5.571	4.396
94	Móveis e mobiliário médico-cirúrgico	1	7.577	5	7.600	3	8.163	6	13.729	0
95	Brinquedos	16	4.757	409	3.485	784	3.115	856	621	32
Total		124								

Nota: Evolução do comércio feita baseada na lista do contencioso comercial bilateral de 2007 da CNI.

Fonte: Alice.

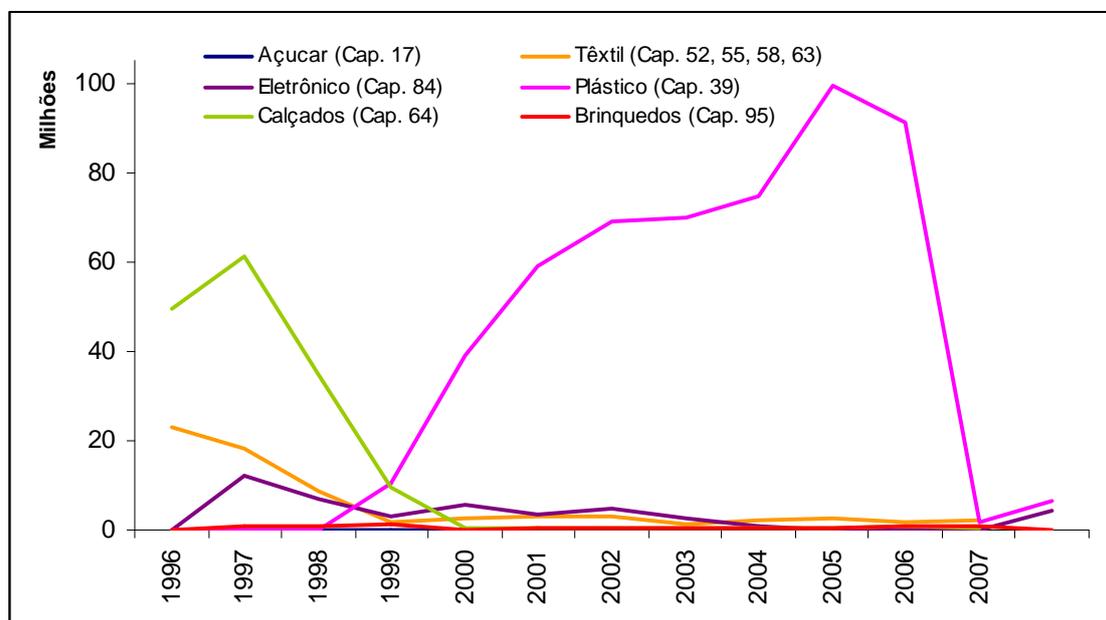
Gráfico 9 – Exportações brasileiras para a Argentina do contencioso (valor)
Capítulos selecionados - Período: 2004-2007



Fonte: Alice.

⁶ Lista de produtos do contencioso no apêndice.

**Gráfico 10 – Importações Brasileiras para a Argentina do Contencioso (valor)
Capítulos selecionados - Período: 2004-2007**



Fonte: Alice.

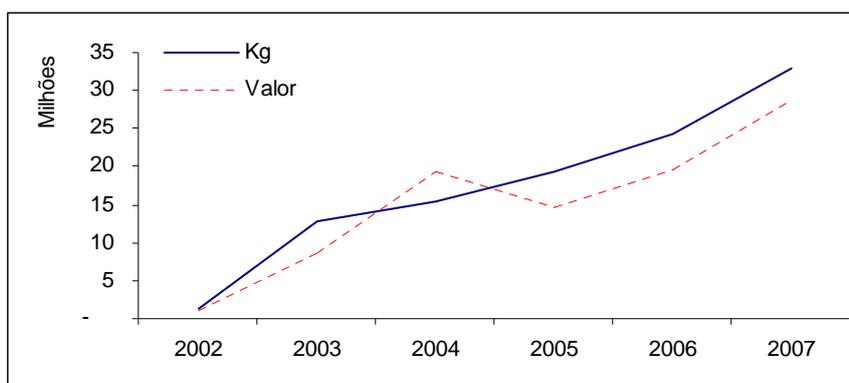
Com relação aos produtos exportados pelo Brasil para a Argentina, percebe-se claramente o impacto da crise cambial argentina, em 2001, cuja mudança na relação de preço entre os países levou à perda de competitividade por parte dos produtos brasileiros, apresentando queda nos capítulos selecionados. A partir desta crise, acentuada pela falta de coordenação macroeconômica entre os países, as exportações brasileiras retomam a um ritmo acelerado. Com o intuito de proteger as empresas domésticas, a Argentina utilizou-se de medidas protecionistas para frear a entrada de produtos brasileiros. De fato o nível apresentado das exportações permanece alto, porém os entraves comerciais geraram queda para determinados setores, ou acarretaram numa desaceleração do crescimento. Observando as importações brasileiras de produtos argentinos, conclui-se que os produtos do contencioso bilateral são muito mais representativos nas exportações brasileiras, com destaques pontuais. Disponibilizada a evolução comercial bilateral do contencioso Brasil-Argentina, aprofundo a discussão nos principais setores e produtos que apresentaram algum tipo de entrave comercial, através de análise da evolução de comércio e das principais medidas adotadas pelos empresários brasileiros e argentinos.

Após o término do prazo do Regime de Adequação, o empresariado argentino e brasileiro acordou, em setembro de 1999, a autolimitação das exportações brasileiras para alguns produtos do setor de papel. Em virtude da declarada fragilidade argentina, o país estipulou normas internas de controle para a comercialização deste produto a fim de preservar a indústria local. Através de representantes do setor privado dos dois países como a Associação brasileira de Celulose e Papel e a Associação de Fabricantes de Celulose e Papel da Argentina o acordo foi assinado especificamente para papel de imprimir e escrever, não incluindo papel de revestimento, com validade até 2007. Trimestralmente o volume do acordo de restrição voluntária era reajustado com base na configuração do consumo nacional argentino.

Em 2005, os volumes estipulados foram de 7.200 toneladas no primeiro trimestre, 6.683 toneladas no segundo, 8.942 toneladas no trimestre seguinte e 8.389 toneladas no último trimestre, totalizando no ano 31.214 toneladas. Em 2006, o volume foi de 9.946 toneladas para o primeiro trimestre, 11.080 toneladas para o segundo trimestre em que 9.352 toneladas referente as quotas mais o saldo do trimestre anterior de 1.728 toneladas. Nos meses de julho-agosto deste mesmo ano a quota ficou em 7.558 toneladas, totalizando 28.584 toneladas até agosto de 2006.

Segundo registros do MDIC, as quatro linhas da NCM (48025592, 48025610, 48025693, 48025793), que encontram-se no relatório do contencioso bilateral desenvolvido pela CNI, só tiveram registros de exportação brasileira para a Argentina a partir de 2002. Neste ano a soma desses produtos exportados foi de apenas US\$ 960 mil, representando 1.223 toneladas. No ano seguinte o volume exportado cresceu significativamente para 12.805 toneladas, ou seja, US\$ 8,7 milhões em termos de valor. Em 2004, foram exportadas 15.280 toneladas (US\$ 11,3 milhões). Com essa rápida evolução das exportações brasileiras de papel e celulose, o acordo visou limitar esse movimento ascendente, porém sem muito sucesso para 2005 e 2006 em virtude das altas quotas estabelecidas que viabilizaram um crescimento das exportações brasileiras de papel e celulose atingindo US\$ 14,7 milhões e US\$ 19,5 milhões, respectivamente. No entanto, em 2007, o Brasil apresentou exportação de 32.899 toneladas (US\$ 28,7 milhões) o que chegava cada vez mais perto dos limites estipulados, indicando a presença de um teto para o crescimento brasileiro.

Gráfico 11 – Exportação Brasileira de Papel e Celulose para a Argentina
Períodos: 2002-2007



Fonte: MDIC.

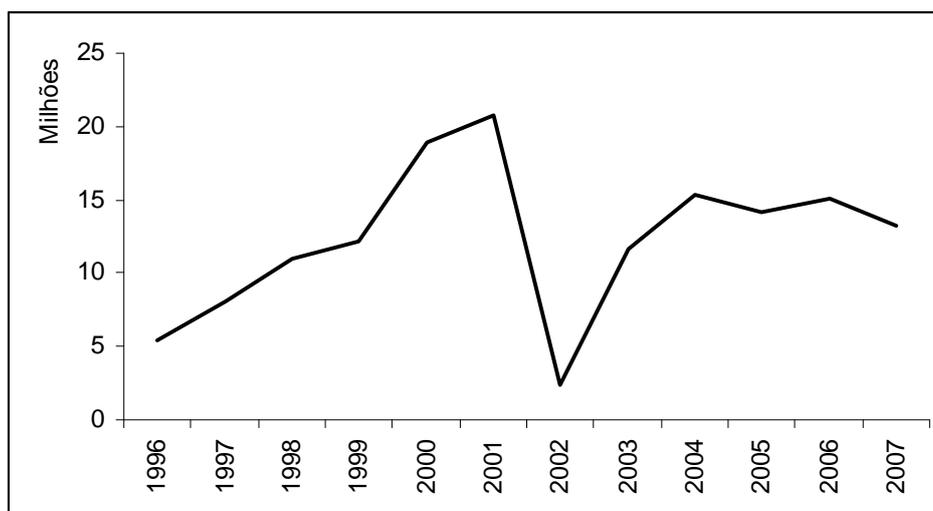
O setor de calçados foi outro que sofreu com as medidas argentinas. Segundo a Câmara da Indústria de Calçados da Argentina o aumento da venda de calçados brasileiros estava prejudicando os produtores argentinos. Com isso, através da Disposição 30/04 da Subsecretaria de Política y Gestion Comercial, publicada no Boletim Oficial em 30/10/2004, a Argentina incluiu produtos deste setor no sistema de Licença Automática Prévia de Importação (LAPI) implicando na necessidade de aviso prévio e apresentação de uma solicitação por parte dos produtores brasileiros para que a exportação fosse de fato realizada. Esse tipo de medida contava com um período de análise de 2 a 10 dias por parte dos órgãos locais responsáveis, atrasando o fluxo de comércio desses produtos. Para evitar tal mecanismo, os dois países sentaram-se à mesa de negociação, desde de 2004, a fim de estipular um acordo de restrição voluntária de exportação.

Segundo a Unidade de Relações Internacionais da CNI, o Brasil representou, em média, aproximadamente 80% do total das importações argentinas de calçados na década passada. Com isso, o empresariado brasileiro desenhava o acordo de modo a prejudicar o menos possível este percentual, além de evitar o aumento de importações de outros países, principalmente, da China. O Brasil chegou a aceitar uma proposta argentina limitando suas exportações em 12,9 milhões de pares o que representaria redução em 20% das exportações brasileiras de calçados. Devido as exigências argentinas com relação ao prazo das quotas, esse acordo não foi firmado.

Em agosto de 2005, através da Resolução nº 486 do Ministério de Economia e Produção, o governo argentino instituiu o Certificado de Importação de Calçados (CIC). Em um primeiro momento, as licenças não-automáticas previstas no CIC afetariam apenas os produtos do capítulo referente a calçados (Capítulo 64 da NCM), com exceção da posição 6406, para produtos provenientes da China. Porém, houve uma extensão da medida à entrada de produtos brasileiros. Essa medida refletiu na retenção de milhares de pares brasileiros nas aduanas argentinas acarretando prejuízos para os exportadores. Em reunião bilateral, em maio de 2006, a entidade representante dos interesses brasileiros, a Associação Brasileira das Indústrias de Calçados (ABICALÇADOS), elaborou uma lista de licenças a serem solicitadas ao governo argentino para que o país pudesse rever os termos do acordo, com base na evolução da participação dos produtos chineses no seu mercado.

Gráfico 12 – Exportação Brasileira de Calçados para a Argentina (quantidade)

Períodos: 1996-2007



Fonte: MDIC.

O Brasil seguiu à risca as quotas estabelecidas, a fim de atender ao pedido argentino e contribuir para o fortalecimento da indústria de calçados argentina. No entanto, o efeito do acordo resultou em um significativo crescimento das importações argentinas da China e uma queda de participação de mercado dos produtos brasileiros, segundo a CNI. Através do gráfico exposto acima, é possível perceber a interrupção do crescente movimento das

exportações de calçados brasileiros para a Argentina desde 1996, a partir da crise cambial argentina de 2001, com apenas 2,3 milhões de pares exportados. Com a flutuação do câmbio argentino, o produto brasileiro não apresentava a competitividade de outrora.

Após este ajuste dos preços relativos e por conta do acordo de autolimitação das exportações brasileiras de 2004, as exportações brasileiras para o país vizinho não apresentaram as taxas de crescimento de anos passados. De 1996 a 2000, o crescimento médio das exportações brasileiras dos produtos listados pelo contencioso bilateral, em termos de valor, evoluíram a uma taxa média de crescimento de 39% ao ano. No período pós-crise, somado ao estabelecimento do CIC, em 2005, as taxas de crescimento apresentadas foram de 11% na média do período de 2003-2006.

Tabela 25 – Exportação brasileira de calçados do contencioso para a Argentina
Períodos: 1997-2000 e 2004-2007

NCM						US\$ milhões	
	1997	1998	1999	2000	Variação 2000/1997	Crescimento média anual 1997-2000	
Total	54,7	74,4	87,8	123,4	126%	39%	

NCM						US\$ milhões	
	2004	2005	2006	2007	Variação 2007/2004	Crescimento média anual 1997-2000	
Total	104,3	112,8	125,2	100,0	-4%	11%	

Fonte: MDIC.

Em 2003, os sapatos brasileiros representavam 87% das importações argentinas caindo para 62% em 2006, ainda segundo dados da CNI, com a exportação de 15,4 milhões de pares. Embora o número de pares tenha aumentado nesse período, a presença chinesa cresceu ainda mais. Em 2005, o Brasil exportou 14,1 milhões de pares para a Argentina, representando uma queda de 8% em relação ao ano de 2004 (15,3 milhões).

Segundo a Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (ABIT), a partir de 2005, foi estipulado através do empresariado brasileiro e argentino acordos de monitoramento de comércio em sete categorias de produtos têxteis: tecidos, denim, carpetes, tecidos de algodão, fios acrílicos, veludo e toalhas. A soma dessas categorias correspondeu a mais de 25% do total das exportações brasileiras da cadeia têxtil destinadas à Argentina,

em 2004, equivalentes a US\$ 100 milhões. No primeiro semestre do ano seguinte, as exportações brasileiras desse universo de produtos alcançaram US\$ 55 milhões, correspondendo a 27,5% das exportações totais de produtos têxteis brasileira para o mercado argentino. Cada um dos segmentos abordados acima contou com um tipo de acordo com características diferenciadas.

Tabela 26 – Categorias do setor têxtil contido no contencioso

	Tipo de monitoramento
Denin	- <u>Quota de exportação para os produtos brasileiros.</u>
Fios acrílicos	- <u>Acordo de preços mínimos de exportação.</u>
Veludo	- <u>Preços mínimos, mais licenciamento não automático</u>
Algodão	- <u>Quota de exportação para os produtos brasileiros.</u>
Toalhas	- <u>Preços mínimos.</u>
Carpete	- <u>Aumento dos preços praticados pelos produtos brasileiros exportados.</u>

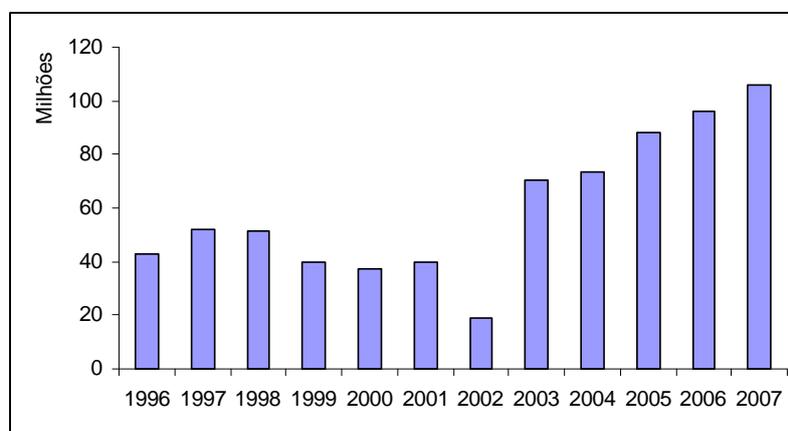
Fonte: CNI.

Em 2003 foram exportados 19 milhões de metros lineares de denin para a Argentina. No ano seguinte, com o intuito de frear este crescimento, foi acordada uma quota de 15 milhões de metros lineares para 2004 e 15,8 milhões para 2005. Mesmo com o aumento da quota, em 2006, para 18 milhões de metros lineares a ABIT encontrou dificuldades em cumprir a quota estipulada neste ano por um aquecimento da demanda ou por dificuldades na administração da quota internamente. Foi mantida a limitação de 1,5% da participação de países terceiros nas importações argentina de produtos têxteis. Para o ano de 2007, o empresariado brasileiro não pretendia realizar novos acordos antes de resolver o problema dos valores critérios. Com relação a fios acrílicos, em 2004 houve um acordo verbal de preços mínimos de exportação entre os dois países, cumprido pelo Brasil. Percebendo a perda de mercado devido à entrada de produtos de terceiros países, houve um entrave na prorrogação do acordo. Para sua renovação, o exportador brasileiro exigiu um maior controle argentino dos preços praticados por terceiros países para, assim, manter o mesmo nível de preços acordado anteriormente. Através do Memorando de Entendimento, em dezembro de 2004, o mercado argentino de veludo foi dividido entre empresas argentinas, brasileiras e de terceiros países, com presença de preços mínimos de importação, somado à Licenciamento não Automático. Para fios acrílicos foi estabelecida restrição via preço mínimo (US\$ 3,76 / kg) que começou a vigorar a partir de abril de 2004 se mantém até

2007. Os tecidos de algodão com fios coloridos receberam uma quota de 980 toneladas/ano em 2005. Para carpete, os acordados definem distintos preços mínimos conforme os diferentes tipos de produtos. Comparado a 2003, o preço médio das exportações brasileiras em 2004 cresceu 19,75%. Com isso, as exportações brasileiras tiveram um aumento bem menor, de 9,3%, do que o apresentado por terceiros países, 108,1%, refletindo numa queda de 10,15% do market share brasileiro nesse mercado argentino. A ABIT recebeu do empresariado argentino uma solicitação de monitoramento baseado em preços mínimos (US\$ 5,00/Kg a US\$ 5,70/Kg) e limites quantitativos (3.800 toneladas) para 2005. Em contra proposta, o Brasil exigiu preço mínimo de US\$ 4,80/Kg e limite quantitativo de 4.300 toneladas para os 12 meses iniciados em 1º de julho de 2005.

Em termos gerais, o setor têxtil brasileiro foi bastante afetado pela crise cambial Argentina de 2001, expressado no gráfico abaixo, através de uma acentuada queda em 2001 de suas exportações. A forte retomada do crescimento reverte uma situação de queda expressa pela média apresentada no período de 1997-2000 (-2%), explicando a preocupação argentina. A média do período 2004-2007 foi de 11%.

Gráfico 13 – Exportações brasileiras de produtos têxteis do contencioso (valor)



Fonte: MDIC.

As crises cambiais de 1999 e 2001, nitidamente, influenciaram na queda dos valores destes produtos têxteis na pauta exportadora brasileira para a Argentina. Em 1999 houve queda de 22% com relação ao ano anterior e, em 2002, a queda foi de 52% em relação a 2001. A partir do boom, em 2003, com significativos 273% de crescimento, a preocupação

Argentina e as medidas protecionistas contribuíram para a diminuição desse ritmo de crescimento. Ao longo dos anos seguintes, a variação de crescimento decaiu para 20%, em 2006, atingindo 10%, em 2007.

Tabela 27 – Exportação Brasil-Argentina de têxtil do contencioso (variação ano a ano)

Períodos: 1997-2007

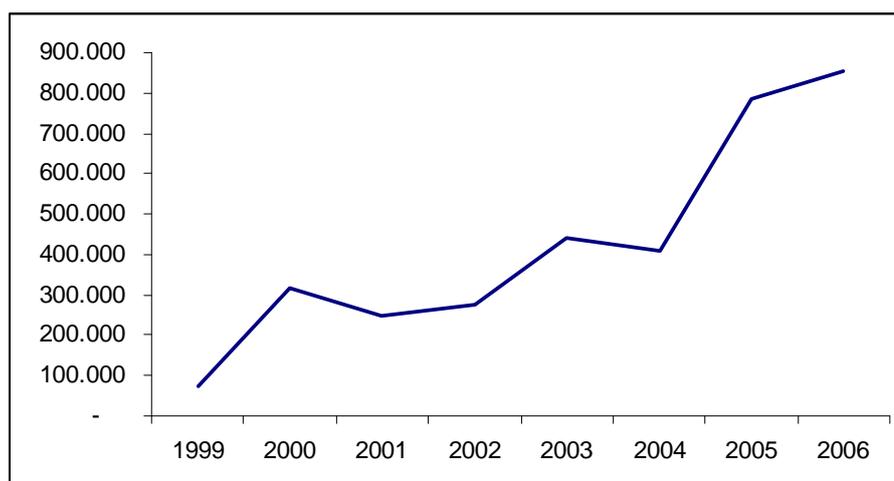
1997	1998	1999	2000	2001	2002
21%	-1%	-22%	-7%	6%	-52%
2003	2004	2005	2006	2007	
273%	4%	20%	9%	10%	

Fonte: MDIC.

Segundo a Resolução nº 485 do Ministério da Economia e Produção de 31 de agosto de 2005, o Brasil estabeleceu licença não-automática para a importação de brinquedos, jogos e artigos de diversão provenientes da Argentina. O Certificado de Importação de Brinquedos envolveu produtos classificados nas posições 9501 a 9503 e os itens 9504.9090 e 9506.6200 da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM). As importações brasileiras de produtos argentinos apresentavam uma crescente tendência ao longo de 1999 e 2006.

Gráfico 14 – Importação Brasileira da Argentina de Brinquedos (valor)

Períodos: 1999-2006

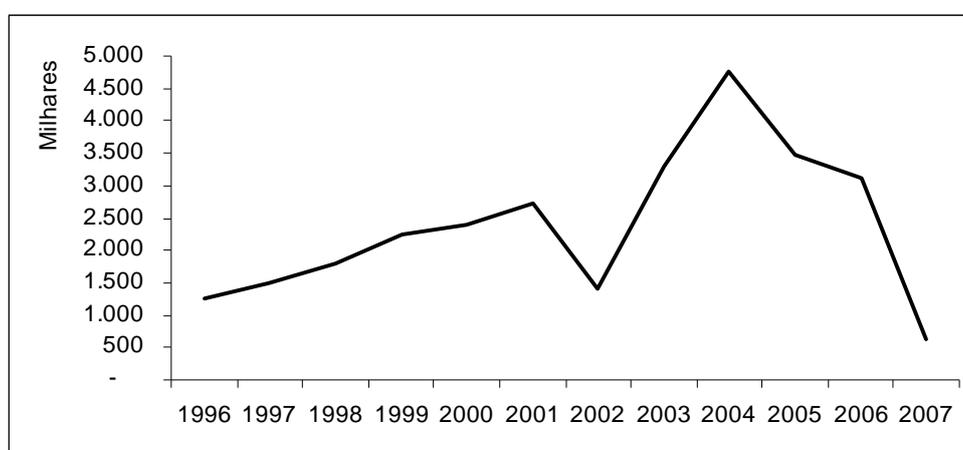


Fonte: MDIC.

O capítulo referente a brinquedos possui baixa representatividade na pauta de exportações do Brasil para o mercado argentino. A partir do crescimento de produtos argentinos e chineses importados no setor, as exportações brasileiras, que haviam crescido de forma acelerada em 2003 e 2004, sofreram retração devida perda de competitividade por conta da crescente concorrência, prejudicando a indústria local.

Gráfico 15 – Exportação Brasileira de Brinquedos (valor)

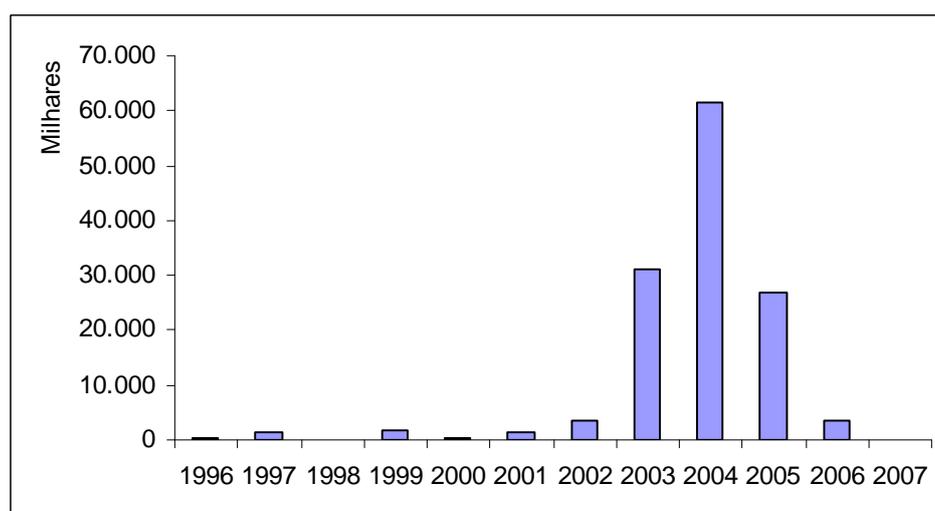
Períodos: 1996-2007



Fonte: MDIC.

Gráfico 16 – Exportação Brasileira de Brinquedos (quantidade)

Períodos: 1996-2007

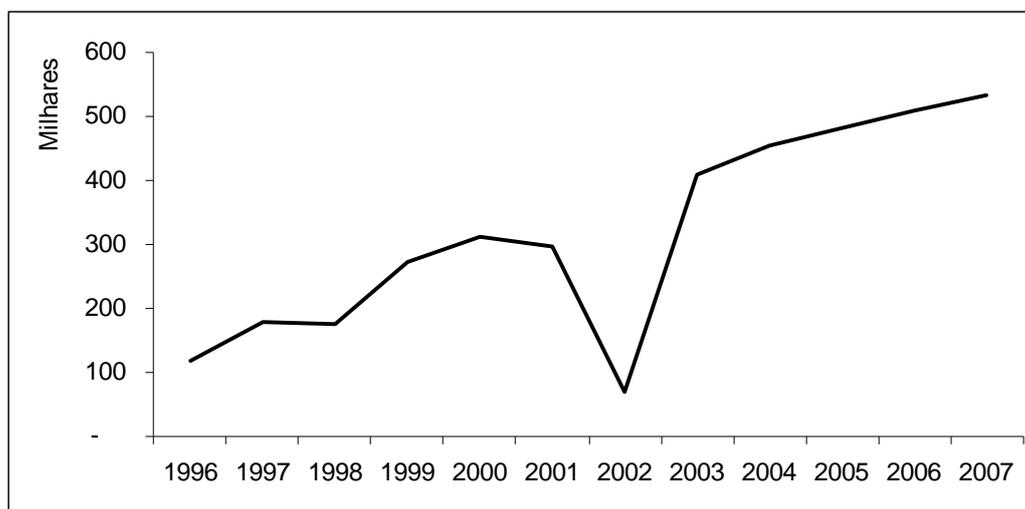


Fonte: MDIC.

Em janeiro de 2007, com as licenças não-automáticas em vigor para geladeiras, foram exportadas para a Argentina apenas 6,6 mil unidades, quantidade muito aquém dos 27,8 mil geladeiras exportadas em janeiro do ano anterior. O acordo de restrição de exportação vigorou durante 2004 e 2005 e o empresariado argentino desejava uma prorrogação do prazo, porém sem muito sucesso. As empresas brasileiras se recusaram a renovar o acordo e acusam o país vizinho de deixar de importar seus produtos para comprar da China e do México. Além do mais, o conceito de salvaguarda é aplicado para indústrias que se encontram em dificuldade, fato, que não foi retratado, em 2006, quando se observou crescimento de 30% na produção argentina de eletrodomésticos. Em 2003, 95% das geladeiras e 100% dos fogões importados pela Argentina em termos de volume eram provenientes do Brasil. No ano de 2006, a participação brasileira diminuiu para 84% para geladeiras e 91% para fogões. Rebatendo a indisposição do governo brasileiro em renovar o acordo de restrição voluntária para exportação de fogões e geladeiras, entrou em vigor a Resolução nº 529 de 2006 (Secretaria de Industria, Comercio y de La Pequeña), que instituiu o licenciamento não automático para esses produtos.

Gráfico 17 – Evolução das exportações de fogões e geladeiras (quantidade)

Períodos: 1996-2007



Fonte: MDIC.

A representante brasileira, Associação dos Fabricantes de Produtos Eletroeletrônicos (ELETROS), e a Câmara Argentina de Refrigeração e Ar Condicionado (Caiara) acordaram na participação do Brasil de aproximadamente 50% do mercado argentino, a produção local com 47% e os 3% restantes para terceiros fornecedores. Caso esse valor para terceiros países supere o limite estipulado, o Brasil poderá aumentar suas exportações em igual número de unidades.

Alegando práticas de subsídio aos produtos açucareiros por parte do Brasil, a Argentina determinou a manutenção, até 2005, do direito adicional às importações de qualquer origem ou procedência de açúcar de cana ou de beterraba e sacarose quimicamente pura, em estado sólido. Em 2003, o Congresso argentino aprovou projeto de lei que prorroga o Decreto 792/92, de proteção ao produto local. Com isso, a Argentina estabelece tarifa de 20% sobre o produto brasileiro sem avanço na questão nos anos seguintes.

Desde de 2004, os produtores de vinho brasileiro queixam-se da entrada de produtos argentinos de baixa qualidade no país por um preço muito baixo o que prejudica a indústria nacional. No ano anterior, a Argentina havia exportado 5,7 milhões de litros de vinho para o Brasil e, segundo dados do Ministério da Indústria e Comércio Exterior, esse total passou dos 15 milhões de litros. Em um primeiro momento, foi proposto um preço mínimo de US\$ 15 por caixa, enquanto os argentinos defendiam US\$ 6 por caixa. Após período de negociação, os países concordaram em um preço mínimo de US\$ 8 dólares por caixa com 12 garrafas de 750 ml.

Fizeram parte de ações de *dumping* argentinas contra as exportações brasileiras que adotaram fixação de valores mínimos de exportação e/ou acordos de compromisso de preço: imãs de cerâmica; produtos laminados planos de ferro ou aço sem ligas; brocas; pneumáticos novos para bicicletas; copos, taças e jarras de vidro; transformadores trifásicos de dielétrico líquido; flumetralin formulado; determinados produtos laminados a quente de ferro ou aço; folhas de serras retilíneas, de metais comuns. Aparelho de televisão A Argentina aplicou uma medida de salvaguarda provisória de 21% nas importações provenientes da Zona Franca de Manaus para aparelho de televisão.

Os presentes produtos na lista do contencioso bilateral Brasil-Argentina e suas respectivas medidas confirmam o caráter mais defensivo por parte da Argentina frente ao

comércio brasileiro. As crises cambiais, diferentes taxas de crescimento e inflação acabam por acentuar a assimetria dos países, distorcendo a competitividade intra-bloco. Por maior e mais diversificado que seja o parque industrial brasileiro em comparação ao argentino, utilizar-se de medidas que entrem o desenvolvimento do comércio não justifica esta posição argentina, que fere os conceitos expressos pelo Tratado de Assunção.

b) EXERCÍCIO ECONOMETRICO

A fim de reforçar a importância dos indicadores macroeconômicos para o estabelecimento dos níveis de comércio e de modo a deixar ainda mais claro que a assimetria de políticas econômicas influencia no intercâmbio comercial entre parceiros, realizo os seguintes exercícios econométricos com suas respectivas conclusões:

- Variação das exportações Brasil-Argentina como variável dependente. Taxa de câmbio nominal, inflação e PIB *per capita* como variáveis independentes.

Tabela 28 – Regressão 1 (Variável dependente: exportação Brasil-Argentina)

VARIABLE	COEFFICIENT	STDERROR	T STAT	P-VALUE
const	-240,910	101,857	-2,365	0,05589 *
tx_cambio	27,4218	6,82598	4,017	0,00698 ***
inflacao	12,0308	5,09521	2,361	0,05619 *
PIB_per_capita	0,0298409	0,0160998	1,853	0,11324

Model 12: OLS estimates using the 10 observations 1997-2006
 Dependent variable: total
 Serial correlation-robust standard errors, lag order 1

Mean of dependent variable = 15,4474
 Standard deviation of dep. var. = 42,6019
 Sum of squared residuals = 5379
 Standard error of residuals = 29,9416
 Unadjusted R-squared = 0,670693
 Adjusted R-squared = 0,506039
 F-statistic (3, 6) = 7,3807 (p-value = 0,0194)
 Durbin-Watson statistic = 1,84539
 First-order autocorrelation coeff. = 0,0765206
 Log-likelihood = -45,6277
 Akaike information criterion (AIC) = 99,2555
 Schwarz Bayesian criterion (BIC) = 100,466
 Hannan-Quinn criterion (HQC) = 97,9278

Excluding the constant, p-value was highest for variable 1 (PIB_per_capita)

Fonte: Moody's Statistical Handbook e MDIC.

A partir da regressão baseada nos dados coletados entre 1996 e 2007 como taxa de câmbio, inflação e PIB *per capita*, evidencia-se a importância dos indicadores macroeconômicos na definição dos níveis de comércio. As variáveis independentes explicam a dependente com um r-quadrado de 0,67 e um r-quadrado ajustado igual a 0,50. A variável taxa de câmbio se mostrou significativa a 1% e a variável inflação a 10%. A variável do PIB *per capita* não se mostrou significativa a 10%. Como o número de observações é pequeno, são apenas 10 observações, não podemos afirmar com base nos resultados que o PIB *per capita* não influencia o total de exportações no período. Mas podemos afirmar com certeza que a taxa de câmbio é a principal variável que afeta o volume de exportações, seguida pela taxa de inflação.

- Variação das importações Brasil-Argentina como variável dependente. Taxa de câmbio nominal, inflação e PIB per capita como variáveis independentes.,

Tabela 29 – Regressão 2 (Variável dependente: importação Brasil-Argentina)

VARIABLE	COEFFICIENT	STDERROR	T STAT	P-VALUE
const	-95,1157	34,1616	-2,784	0,03182 **
tx_cambio	30,8206	6,32526	4,873	0,00279 ***
inflacao	-0,673644	0,159238	-4,230	0,00550 ***
PIB_per_capita	0,00709236	0,00340929	2,080	0,08270 *

Model 1: OLS estimates using the 10 observations 1997-2006
 Dependent variable: total
 Serial correlation-robust standard errors, lag order 1

Mean of dependent variable = 4,63404
 Standard deviation of dep. var. = 20,317
 Sum of squared residuals = 1451,81
 Standard error of residuals = 15,5553
 Unadjusted R-squared = 0,609205
 Adjusted R-squared = 0,413808
 F-statistic (3, 6) = 58,8898 (p-value = 7,66e-005)
 Durbin-Watson statistic = 3,07948
 First-order autocorrelation coeff. = -0,558218
 Log-likelihood = -39,0793
 Akaike information criterion (AIC) = 86,1586
 Schwarz Bayesian criterion (BIC) = 87,3689
 Hannan-Quinn criterion (HQC) = 84,8308

Fonte: Moody's Statistical Handbook e MDIC.

Através desta segunda regressão realizada para explicar as importações brasileiras de produtos argentinos, e que é baseada nos dados coletados no mesmo período que a regressão anterior, englobando as mesmas variáveis, é reforçada a importância dos indicadores macroeconômicos no nível de comércio. As variáveis independentes explicam a dependente com um r -quadrado de 0,60 e um r -quadrado ajustado igual a 0,41. A variável taxa de câmbio e a variável inflação se mostraram significativas a 1%. A variável do PIB *per capita* se mostrou significativa a 10%.

Na primeira regressão não foi possível atingir um nível de significância de 10% para o indicador referente a PIB *per capita*, porém, através da segunda, tomando como base as importações Brasil-Argentina, insere-se esta variável como um indicador que interfere no intercâmbio comercial entre Brasil e Argentina com grau de significância confiável.

Esses exercícios tiveram o objetivo de confirmar a importância dos indicadores macroeconômicos como variáveis que explicam os níveis de comércio. Por isso, quando dois países apresentam políticas cambiais e programas de estabilizações tão distintos, é inevitável que o comércio bilateral sofra conseqüências. Por isso, medidas compensatórias são estabelecidas para atenuar essas diferenças, indo contra os princípios da integração comercial.

SEÇÃO V

Medidas compensatórias adotadas pelos dois países no âmbito comercial como forma de atenuar suas diferentes características macroeconômicas.

5) MEDIDAS PROTECIONISTAS

Quando um país se sente ameaçado ou em dificuldades devido às práticas ilegais que desrespeitem acordos comerciais internacionais, existem mecanismos de defesa que podem ser utilizados pelos participantes para fins de proteção de seus interesses. Os três principais instrumentos de defesa comercial são: a) medidas *anti-dumping*; b) medidas de salvaguardas; e c) medidas compensatórias.

O primeiro tipo de medida visa combater as práticas de preço de *dumping*, definido pelo Acordo de *Anti-dumping* da Organização Mundial do Comércio (OMC), quando um produto é exportado com preço inferior ao praticado por produtos substitutos e similares no mercado interno do país importador. É importante ressaltar que essa medida só é imposta no caso de dano à indústria nacional. O tamanho desse dano, assim como a margem de *dumping* praticado, é estipulada pela investigação das autoridades de defesa comercial do país importador, seguindo as normas da OMC.

O segundo tipo, as salvaguardas, é um mecanismo de proteção comercial voltado àqueles que sofram prejuízos decorrentes de um surto de importações de acordo com os termos absolutos. Neste caso, diferentemente do anterior, não está em questão a conduta desleal, mas sim um período de fragilidade da indústria doméstica frente ao “surto” de importações. Essas medidas também estão alinhadas a Acordos da OMC, neste caso específico, o Acordo sobre Salvaguardas da OMC.

Por fim, as medidas compensatórias têm o objetivo de proteger indústrias que sofrem com subsídios concedidos, direta ou indiretamente, no país exportador que acaba refletindo no preço de seus produtos e, conseqüentemente, ganham uma vantagem competitiva. Sendo comprovado o subsídio e o dano sofrido pela indústria do país importador, é aberta investigação com regulação conforme o Acordo sobre Subsídios e Medidas Compensatórias da OMC.

Em um ambiente de União Aduaneira, como é o caso do Mercosul, não deveria haver imposição de direitos *antidumping*, salvaguardas ou medidas compensatórias entre os membros e estas deveriam ser adotadas conjuntamente contra exportadores de terceiros países. O Mercosul nunca conseguiu evoluir nessa direção e continua permitindo a imposição de medidas *antidumping* entre os países-membro, e mais recentemente, na

prática de salvaguardas com o Mecanismo de Adaptação Competitiva (MAC). Além disso, o bloco ainda apresenta medidas individuais contra terceiros países.

As três medidas são implementadas com a imposição de sobretaxas às importações ou estabelecimento de preço mínimo, ajudando a indústria requisitante nos momentos de dificuldade e desigualdade. É aberta uma investigação, que no caso brasileiro, é realizada pelo Departamento de Defesa Comercial (DECOM), órgão subordinado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior). A regulamentação, por sua vez, é realizada pela OMC através dos painéis de discussão e a normalização segundo os Acordos já estabelecidos entre os países participantes da organização.

A falta de coordenação política e macroeconômica dos países em questão influencia no aumento do número de investigações abertas no âmbito da OMC em razão de práticas ou normas que afetem os acordos internacionais. A partir de políticas macroeconômicas “desalinhadas” e escolhas políticas distintas, a chance de um país afetar a indústria do outro aumenta. Nos casos dos países como Brasil e Argentina, as crises cambiais e as desvalorizações ocorridas refletem na competitividade dos produtos via a taxa de câmbio. A partir dos dados da Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (FUNCEX), observa-se que as ações intra-bloco não possuem participações significantes do Brasil. Em contrapartida, os parceiros do Mercosul atuam de forma expressiva dentro do bloco. A Argentina apresenta 36 ações contra o Brasil que são superadas apenas pelas iniciadas contra a China, 49 aplicações. Muitas dessas ações contra a indústria brasileira resultaram em compromissos de preços.

a) MECANISMO DE ADAPTAÇÃO DE COMPETITIVIDADE

A partir da Cláusula Adaptação Competitiva (CAC) proposta pelo governo argentino, Brasil e Argentina negociaram a possibilidade de se instituir salvaguardas no Mercosul. Desde 1999, após a desvalorização do real e do estímulo às exportações brasileiras, a Argentina defendia a idéia de controlar a “invasão” de produtos brasileiros no mercado argentino. Estagnado por cinco anos, a discussão foi retomada em 2004 pelo então ministro da Economia da Argentina, Roberto Lavagna. Inicialmente, a proposta argentina previa a adoção de medidas salvaguardas automáticas via quotas de importação quando ocorresse

um dos seguintes fatores: primeiro, de caráter macroeconômico, no caso de discrepância de aproximadamente 5% com relação ao crescimento econômico dos países, durante dois ou mais semestres, ou pela variação da cotação das moedas por três meses superior a um percentual não definido; e o segundo, baseado nas normas da OMC, as quotas seriam adotadas quando as importações de um produto provocassem prejuízos efetivos à indústria do país reclamante, comprovados através de estatísticas que identificasse esta perda de *market share*.

Após meses de intensas negociações e alterações nas propostas iniciais da CAC as medidas salvaguardadas eram instituídas no Mercosul através do Mecanismo de Adaptação de Competitividade (MAC). Assinado em 2006, o MAC, que é um protocolo adicional ao Acordo de Complementação Econômica entre Brasil e Argentina (ACE 14), baseou-se no acordo de salvaguarda da OMC com o intuito de auxiliar a recuperação de alguns setores específicos. O acordo determinou o prazo de até 90 dias após a aplicação da medida salvaguarda para que o setor do país prejudicado estabelecesse um Programa de Adaptação Competitiva (PAC) que vislumbre metas de investimento, produtividade, vendas internas e outros itens a fim de recuperar-se e evitar que a barreira se perpetue. A medida restritiva só vigora após um período de consultas.

O processo pelo qual o mecanismo é estabelecido segue quatro principais passos: Primeiro: o setor da indústria que se sentir prejudicado pela entrada de produtos de um dos países-membro, e com representatividade superior a 35% do empresariado, apresenta uma reclamação formal em seu país com o histórico de preços praticados nos últimos 36 meses; segundo: o governo local possui 15 dias para analisar se o pedido tem fundamento e, em caso positivo, deve repassar para o caso para a Comissão Bilateral de Monitoramento, com o prazo de cinco dias para convocar os representantes dos setores privados dos dois países, que devem tentar chegar a um acordo no vencimento de 30 a 120 dias; terceiro: caso esse acordo não seja firmado, inicia-se uma etapa de investigação, de 60 a 120 dias, para verificar os números de comércio, preços e eventuais danos ao país importador; quarto: caso a investigação afirme a presença de dano, os empresários privados retornam para novas rodadas de negociações e, se ainda assim não houver solução, serão estabelecidas quotas de importação no prazo de três anos com possibilidade de um ano de renovação. Se

o comércio ultrapassar as quotas estipuladas, haverá cobrança de 90% das respectivas alíquotas da TEC.

Visando atenuar o déficit de US\$ 3,6 bilhões em 2006 do intercâmbio bilateral Brasil-Argentina o acordo foi assinado. Segundo a notícia publicada no dia 02 de fevereiro de 2006 pelo Laboratório Industrial Sindical (SINDLAB), fontes argentinas confidenciaram que o clima foi de celebração no Ministério da Economia Argentina após a assinatura do pacto. Em contrapartida, o as entidades e empresariado brasileiro não receberam bem a notícia dado o caráter protecionista e os impactos que lhes trariam na relação comercial bilateral. Através de notas oficiais, entidades como a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), explicitaram sua posição contrária ao acordo por representar um retrocesso ao processo de integração comercial e ferir os conceitos de integração do Mercosul.

Os argentinos comemoraram, justificando que o acordo atuará a favor da re-industrialização do país e do desenvolvimento mais harmônico do Mercosul. Dentre os principais setores que aplaudiram esta medida, destaque para os setores de calçados, têxteis, eletrodomésticos, automóveis, frangos e suínos que constantemente protestam contra a suposta "invasão" de produtos brasileiros em seu mercado. Preocupados com o término dos acordos de restrição voluntária de exportação brasileira, o MAC aparece como solução alternativa aos problemas dos setores argentinos. A parte brasileira se beneficia menos, pois os produtores que se queixam de uma eventual "invasão" de produtos argentinos estão concentradas em bens de menor valor agregado como vinho, trigo, arroz, leite, cebola, frutas e alho.

Acordos como o MAC mostram a falta de coordenação entre os países o que reflete em um processo de integração comercial mais demorado. Mecanismos como esse camuflam as reais situações dos setores e evitam uma discussão sobre a necessidade de recuperação e busca por competitividade. Até hoje, nenhum setor ou produto específico foi alvo do MAC, pois os empresários não estão dispostos a apresentar programas de renegociação, nem a provar o dano causado pelas importações. Isso demonstrando o caráter político e os distintos interesses dos países-membro do bloco. Além disso, os acordos de preços acabam favorecendo os empresários dos dois países e prejudicando os consumidores. Com a desvalorização do peso, diminuindo a competitividade dos produtos

brasileiros, e atuais taxas de crescimento na Argentina, o MAC foi colocado de lado já que o empresariado argentino tem preferido evoluir em discussões a respeito de restrições voluntárias de exportação dos produtos brasileiros ao que o acionamento do mecanismo. A função real do mecanismo está muito mais ligada a um instrumento de negociação do que o seu uso de fato.

A incansável busca por limitar as exportações brasileiras é assunto anterior ao MAC. Através de restrições de exportação, licenças automáticas e não automáticas, o governo argentino buscou burocratizar a entrada de produtos brasileiros ao longo desses anos a fim de evitar a concorrência com os produtos brasileiros.

Ao longo da relação comercial bilateral Brasil-Argentina é visível o interesse protecionista por parte argentina com relação a sua indústria. Justificando reestruturação do parque nacional, o país busca através de inúmeros dispositivos e instrumentos evitar a competição com produtos brasileiros e compensar a assimetria presente entre os dois países. O MAC é apenas mais um desses meios. Meio este que reafirma as preocupações deste trabalho quanto à necessidade de uma coordenação das políticas macroeconômicas para que o intercâmbio comercial possa fluir de maneira mais harmoniosa. Ferindo os conceitos de integração comercial e evidenciando as distintas posições adotadas pelos países ao longo da história, o MAC ressalta a discussão de falta de coordenação entre os países e a dificuldade de se estabelecer uma área de livre comércio ótima.

CONCLUSÃO

A constituição do Mercosul, sem dúvida, propiciou a seus participantes um aumento do nível comercial, tanto intra quanto extra-bloco. Entretanto, as diferentes políticas macroeconômicas adotadas por seus países-membro, principalmente as divergências cambiais entre Brasil e Argentina, colocaram em questão o desenvolvimento sustentável do bloco.

Impulsionados pela retomada do crescimento econômico e controle da inflação decorrente dos respectivos programas de estabilização econômica, Plano de Conversibilidade e Plano Real, o Mercosul viveu um período de grande crescimento do fluxo de comércio entre 1991 e 1998. Entretanto, devido à divergência com relação a suas políticas cambiais e à falta de comprometimento com a integração regional proposta inicialmente, o bloco enfrentou anos de crise gerados pelos sucessivos choques externos e pelos colapsos cambiais de seus países-membro. O comércio intra-bloco foi afetado tanto pela desvalorização do real, em 1999, quanto os proporcionados pela quebra da paridade do peso com o dólar, em 2001, refletindo em boa medida a falta de coordenação macroeconômica a um nível regional. Com políticas mais alinhadas, os efeitos seriam amenizados. Isso pode ser constatado após a liberalização do câmbio argentino, que convergindo para o regime cambial brasileiro, ajudou na retomada de crescimento do Mercosul a partir de 2003.

Além disso, os constantes impasses gerados pelas listas de exceções, os mecanismos de defesa comercial e o contencioso presente em um processo de livre comércio demonstram a falta de foco e a dificuldade de se criar um ambiente plenamente integrado. A criação do Mecanismo de Adaptação Competitiva deixa evidente a presença de assimetrias na relação comercial bilateral Brasil-Argentina, cujas medidas compensatórias surgem como solução para o combate as divergências dos dois países, mas ao mesmo tempo, ferem o processo de integração comercial. Enquanto os países-membro não apresentarem um comprometimento como bloco, através de políticas e atitudes que agreguem valor ao grupo como um todo, mesmo na presença de perdas e desafios, será muito difícil levar o Mercosul a uma integração plena.

APÊNDICE

Regime de Adequação de Produtos do Brasil

Código	Descrição
2008.70.10	Pêssegos, em água edulcorada, incluídos os xaropes ^a
2008.70.90	Outros pêssegos
2204.21.00	Outros vinhos; mostos de uvas cuja fermentação tenha sido impedida ou interrompida por adição de álcool, em recipientes de capacidade não superior a dois litros ^b
2204.29.00	Outros vinhos; mostos de uvas cuja fermentação tenha sido impedida ou interrompida por adição de álcool
4008.11.00	Chapas, folhas e tiras, de borracha alveolar
4008.19.00	Varetas e perfis de borracha alveolar
4008.21.00	Chapas, folhas e tiras, de borracha não-alveolar
4008.29.00	Varetas e perfis de borracha não-alveolar
4009.10.00	Tubos de borracha vulcanizada não reforçados com outras matérias nem associados de outra forma com outras matérias, sem acessórios
4009.20.10	Tubos de borracha vulcanizada reforçados apenas com metal ou associados de outra forma apenas com metal, sem acessórios
4009.20.90	Outros tubos de borracha vulcanizada reforçados apenas com metal ou associados de outra forma apenas com metal, sem acessórios
4009.30.00	Tubos de borracha vulcanizada reforçados apenas com matérias têxteis ou associados de outra forma apenas com matérias têxteis, sem acessórios
4009.40.00	Tubos de borracha vulcanizada reforçados com outras matérias ou associados de outra forma com outras matérias, sem acessórios
4009.50.10	Tubos de borracha vulcanizada não endurecida, com acessórios, que suporte uma pressão de ruptura mínima de 17,3 Mpa
4009.50.90	Outros tubos de borracha vulcanizada não endurecida, com acessórios
5111.11.10	Tecidos de lã cardada, de peso não superior a 300 g/m ²
5111.11.20	Tecidos de pêlos finos cardados, de peso não superior a 300 g/m ²
5111.19.00	Outros tecidos contendo pelo menos 85%, em peso, de lã cardada ou de pêlos finos cardados
5111.20.00	Outros tecidos de lã cardada ou de pêlos finos cardados, combinados principal ou unicamente com filamentos sintéticos ou artificiais
5111.30.90	Outros tecidos de lã cardada ou de pêlos finos cardados, combinados principal ou unicamente com fibras sintéticas ou artificiais descontínuas
5111.90.00	Outros tecidos de lã cardada ou de pêlos finos cardados
5112.11.00	Outros tecidos de lã penteada ou de pêlos finos penteados, de peso não superior a 200 g/m ²
5112.19.10	Outros tecidos de lã penteada, contendo pelo menos 85%, em peso, de lã
5112.19.20	Outros tecidos de pêlos finos penteados, contendo pelo menos 85%, em peso, de pêlo fino
5112.20.10	Outros tecidos combinados principal ou unicamente com filamentos sintéticos ou artificiais, de lã penteada
5112.20.20	Outros tecidos combinados principal ou unicamente com filamentos sintéticos ou artificiais, de pêlos finos penteados
5112.30.10	Outros tecidos combinados principal ou unicamente com fibras sintéticas ou artificiais descontínuas, de lã penteada
5112.30.20	Outros tecidos combinados principal ou unicamente com fibras sintéticas ou artificiais descontínuas, de pêlos finos penteados
5112.90.00	Outros tecidos de lã penteada ou de pêlos finos penteados

Fonte: Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada (IPEA).

Lista do Contencioso Comercial Bilateral Brasil-Argentina

NCM	Descrição
17011100	ACUCAR DE CANA, EM BRUTO
17019900	OUTS. ACUCARES DE CANA, BETERRABA, SACAROSE QUIM. PURA, SOL.
40115000	PNEUS NOVOS PARA BICICLETAS
48025592	PAPEL KRAFT, FIBRA PROC. MEC ≤ 10%, 40G/M2 ≤ P ≤ 150G/M2
48025610	PAPEL FIBRA MEC ≤ 10%, 40 ≤ P ≤ 150G/M2, FLS. LADO ≤ 360MM
48025693	PAPEL KRAFT, FIBRA ≤ 10%, 40 ≤ P ≤ 150G/M2, L ≤ 435X297MM
48025793	PAPEL KRAFT, FIBRA MEC ≤ 10%, 40G/M2 ≤ P ≤ 150G/M2
52084100	TECIDO DE ALGODAO ≥ 85%, FIO COLOR. PTO. TAFETA, P ≤ 100G/M2
52084200	TECIDO ALGODAO ≥ 85%, FIO COLOR. PTO. TAFETA, 100 < P ≤ 200G/M2
52084300	TECIDO DE ALGODAO ≥ 85%, FIO COLOR. PTO. SARJADO, P ≤ 200G/M2
52084900	OUTROS TECIDOS DE ALGODAO ≥ 85%, FIO COLOR. PESO ≤ 200G/M2
52094100	TECIDO DE ALGODAO ≥ 85%, FIO COLOR. PONTO TAFETA, P > 200G/M2
52094210	TECIDO DE ALGODAO ≥ 85%, FIO COLOR. DENIM, INDIGO, P > 200G/M2
52094290	OUTS. TECIDOS DE ALGODAO ≥ 85%, FIO COLOR. DENIM, P > 200G/M2
52094300	TECIDO DE ALGODAO ≥ 85%, FIO COLOR. PTO. SARJADO, P > 200G/M2
52104100	TECIDO ALGOD < 85%, COLOR/FIBRA SINT/ART. TAFETA, P ≤ 200G/M2
52104200	TECIDO ALGOD < 85%, COLOR/FIBRA SINT/ART. SARJAD. P ≤ 200G/M2
52104900	OUTS. TECIDOS ALGOD < 85%, COLOR/FIBRA SINT/ART. P ≤ 200G/M2
52114100	TECIDO ALGODAO < 85%, COLOR/FIBR. SINT/ART. TAFETA, P > 200G/M2
52114210	TECIDO ALGODAO < 85%, INDIGO BLUE/FIBRA SINT/ART. P > 200G/M2
52114290	OUTS. TECIDOS ALGODAO < 85%, DENIM/FIBRA SINT/ART. P > 200G/M2
52114300	TECIDO ALGODAO < 85%, COLOR/FIBR. SINT/ART. SARJAD. P > 200G/M2
52114900	OUTS. TECIDOS ALGODAO < 85%, COLOR/FIBRA SINT/ART. P > 200G/M2
52121400	OUTROS TECIDOS DE ALGODAO, FIOS DIVS. CORES, PESO ≤ 200G/M2
52122400	OUTROS TECIDOS DE ALGODAO, FIOS DIVS. CORES, PESO > 200G/M2
55093100	FIO DE FIBRAS ACRILICAS/MODACRILICAS ≥ 85%, SIMPLES
55093200	FIO DE FIBRAS ACRILICAS/MODACRILICAS ≥ 85%, RETORCIDO, ETC
55133100	TECIDO POLIEST < 85% C/ALGOD. P ≤ 170G/M2, TAFETA, DIVS. CORES
55143900	OUTS. TECIDOS FIBRA SINT < 85% C/ALGOD. P > 170G/M2, DIV. CORES
55164300	TECIDO DE FIBRAS ARTIF < 85% COM ALGODAO, FIO DIVS. CORES
58012200	VELUDO/PELUCIA, TECIDO, DA TRAMA ALGODAO, CORTADO, CANELADO
58012300	OUTROS VELUDOS E PELUCIAS, TECIDOS, DA TRAMA DE ALGODAO
63026000	ROUPAS DE TOUCADOR/COZINHA, DE TECIDOS ATOALH. DE ALGODAO
64011000	CALCADOS IMPERMEAV. DE BORRACHA/PLAST. C/BIQ. PROT. METAL
64019200	CALCADOS IMPERMEAV. DE BORRACHA/PLAST. COBRINDO TORNOZELO
64019900	OUTROS CALCADOS IMPERMEAV. DE BORRACHA/PLAST. SEM COSTURA
64021900	CALCADOS P/OUTROS ESPORTES, DE BORRACHA OU PLASTICO
64022000	CALCADOS DE BORRACHA/PLAST. C/PARTE SUPER. EM TIRAS, ETC.
64029100	OUTROS CALCADOS DE BORRACHA/PLASTICO, COBRINDO TORNOZELO
64029900	OUTROS CALCADOS DE BORRACHA OU PLASTICO
64031900	CALCADOS P/OUTROS ESPORTES, DE COURO NATURAL
64032000	CALCADOS DE COURO NATURAL, C/PARTE SUPER. EM TIRAS, ETC.
64033000	CALCADOS DE COURO NATURAL, C/SOLA MADEIRA, S/PALMILHA, ETC
64034000	OUTS. CALCADOS DE COURO NATURAL, C/BIQUEIRA PROT. DE METAL

64035100	CALCADOS DE COURO NATURAL,SOLA COURO,COBRINDO TORNOZELO
64035900	OUTS.CALCADOS DE COURO NATURAL E SOLA EXTERIOR DE COURO
64039100	OUTROS CALCADOS DE COURO NATURAL,COBRINDO O TORNOZELO
64039900	OUTROS CALCADOS DE COURO NATURAL
64041100	CALCADOS P/ESPORTES,ETC.DE MAT.TEXT.SOLA BORRACHA/PLAST
64041900	OUTS.CALCADOS DE MATERIA TEXTIL,SOLA DE BORRACHA/PLAST.
64042000	CALCADOS DE MATERIA TEXTIL,COM SOLA EXTERIOR DE COURO
64051010	CALCADOS DE COURO RECONST.SOLA EXTER.DE BORRACHA/PLAST.
64051020	CALCADOS DE COURO RECONST.SOLA EXTER.DE COURO
64052000	OUTROS CALCADOS DE MATERIAS TEXTEIS
64059000	OUTROS CALCADOS
69101000	PIAS,LAVATORIOS,ETC.P/SANITAR.DE PORCELANA
69109000	PIAS,LAVATORIOS,ETC.P/SANITAR.DE CERAMICA,EXC.PORCELANA
72081000	LAMIN.FERRO/ACO,QUENTE,L>=60CM,ROLO,MOTIVO EM RELEVO
72082500	LAMIN.FERRO/ACO,QUENTE,L>=60CM,ROLO,DECAP.E>=4.75MM
72082610	LAMIN.FERRO/ACO,QUENTE,L>=60CM,ROLO,DECAP.E>=3MM,355MPA
72082690	OUTS.LAMIN.FERRO/ACO,L>=6DM,QUENTE,ROLOS,DECAP.3<=E<4MM
72082710	LAMIN.FERRO/ACO,QUENTE,L>=60CM,ROLO,DECAP.E<3MM,275MPA
72082790	OUTROS LAMIN.FERRO/ACO,L>=6DM,QUENTE,ROLOS,DECAP.E<3MM
72083610	LAMIN.FERRO/ACO,QUENTE,L>=60CM,ROLO,E>10MM,ELAST.355MPA
72083690	OUTROS LAMIN.FERRO/ACO,L>=6DM,QUENTE,ROLOS,E>10MM
72083700	LAMIN.FERRO/ACO,QUENTE,L>=60CM,ROLO,4.75MM<E<=10MM
72083810	LAMIN.FERRO/ACO,QUENTE,L>=60CM,ROLO,3<=E<4.75MM,355MPA
72083890	OUTS.LAMIN.FERRO/ACO,L>=6DM,QUENTE,ROLOS,3MM<=E<=4.75MM
72083910	LAMIN.FERRO/ACO,QUENTE,L>=60CM,ROLO,E<3MM,ELAST.275MPA
72083990	OUTROS LAMIN.FERRO/ACO,L>=6DM,QUENTE,ROLOS,E<3MM
72084000	LAMIN.FERRO/ACO,QUENTE,L>=60CM,N/ENROLADO,MOTIVO RELEVO
72085100	LAMIN.FERRO/ACO,QUENTE,L>=60CM,N/ENROLADO,E>10MM
72085200	LAMIN.FERRO/ACO,QUENTE,L>=60CM,N/ENROLADO,4.75<=E<=10MM
72085300	LAMIN.FERRO/ACO,QUENTE,L>=60CM,N/ENROLADO,3MM<=E<4.75MM
72085400	LAMIN.FERRO/ACO,QUENTE,L>=60CM,N/ENROLADO,E<3MM
72089000	OUTS.LAMIN.FERRO/ACO,L>=6DM,QUENTE,N/FOLHEADOS/CHAP.ETC
72091600	LAMIN.FERRO/ACO,A FRIO,L>=6DM,EM ROLOS,1MM<E<3MM
72091700	LAMIN.FERRO/ACO,A FRIO,L>=6DM,EM ROLOS,0.5MM<=E<=1MM
72092500	LAMIN.FERRO/ACO,A FRIO,L>=6DM,N/ENROLADO,E>=3MM
72092600	LAMIN.FERRO/ACO,A FRIO,L>=6DM,N/ENROLADO,1MM<E<3MM
72092700	LAMIN.FERRO/ACO,A FRIO,L>=6DM,N/ENROLADO,0.5MM<=E<=1MM
72099000	OUTS.LAMIN.FERRO/ACO,L>=6DM,A FRIO,N/FOLHEADOS/CHAP.ETC
72112300	LAMIN.FERRO/ACO,A FRIO,L<6DM,TEOR<0.25% DE CARBONO
72112910	LAMIN.FERRO/ACO,A FRIO,L<6DM,TEOR 0.25%<=CARBONO<0.6%
72112920	LAMIN.FERRO/ACO,A FRIO,L<6DM,TEOR>=0.6% DE CARBONO
72255000	LAMIN.DE OUTRAS LIGAS ACOS,A FRIO,L>=600MM
72269200	LAMIN.DE OUTRAS LIGAS DE ACOS,A FRIO,L<600MM
73064000	OUTROS TUBOS DE ACOS INOX.SOLD.SEC.CIRC.
73069020	OUTS.TUBOS E PERFIS OCOS,DE ACOS INOX.SOLD/REBITAD.ETC.
84501100	MAQUINAS DE LAVAR ROUPA,CAP<=10KG,INTEIRAMENTE AUTOMAT.
95010000	BRINQUEDOS DE RODAS P/CRANÇAS E CARRINHOS P/BONECOS
95021010	BONECOS DE FIGURA HUMANA,C/MECANISMO A CORDA/ELETR.

95021090	OUTROS BONECOS DE FIGURA HUMANA,MESMO VESTIDOS
95029900	OUTRAS PARTES E ACESS.P/BONECOS DE FIGURA HUMANA
95031000	TRENS ELETR.DE BRINQUEDO,INCL.TRILHOS/SINAIS/OUTS.ACESS
95032000	OUTS.MODELOS REDUZIDOS,DE BRINQUEDO,EM CONJ.P/MONTAGEM
95033000	OUTROS CONJUNTOS E BRINQUEDOS,P/CONSTRUCAO
95034100	BRINQUEDOS C/ENCHIMENTO,DE FIGURA ANIMAL OU NAO-HUMANA
95034900	OUTROS BRINQUEDOS DE FIGURA ANIMAL OU NAO HUMANA
95035000	INSTRUMENTOS E APARELHOS MUSICAIS,DE BRINQUEDO
95036000	QUEBRA-CABECAS ("PUZZLES")
95037000	OUTROS BRINQUEDOS EM SORTIDOS OU EM PANOPLIAS
95038090	OUTROS BRINQUEDOS E MODELOS,MOTORIZADOS
95039000	OUTS.BRINQUEDOS,ETC.P/DIVERTIMENTO
95049090	OUTROS ARTIGOS P/JOGOS DE SALAO
95066200	BOLAS INFLAVEIS
85042100	TRANSFORMADOR DE DIELETRICO LIQUIDO,POT<=650KVA
85042200	TRANSFORMADOR DE DIELETRICO LIQUIDO,650<POT<=10000KVA
85042300	TRANSFORMADOR DE DIELETRICO LIQUIDO,POT>10000KVA
39076000	TEREFTALATO DE POLIETILENO EM FORMA PRIMARIA
70132900	OUTROS RECIPIENTES PARA BEBER,DE VIDRO
72091500	LAMIN.FERRO/ACO,A FRIO,L>=6DM,EM ROLOS,E>=3MM
72091800	LAMIN.FERRO/ACO,A FRIO,L>=6DM,EM ROLOS,E<0.5MM
72092800	LAMIN.FERRO/ACO,A FRIO,L>=6DM,N/ENROLADO,E<0.5MM
73066000	OUTROS TUBOS DE FERRO/ACO,SOLD.SEC.N/CIRC.
73211100	APARELHOS P/COZINHAR/AQUECER,DE FERRO,ETC.COMBUSTIV.GAS
82075011	BROCAS HELICOIDAIS,D<=52MM,DE MET.COMUNS,INCL.DIAMANTAD
82075019	OUTRAS BROCAS DE METAIS COMUNS,MESMO DIAMANTADAS
84181000	REFRIGERADORES COMBIN.C/CONGELADORES,PORTA EXT.SEPARADA
84182100	REFRIGERADORES DE COMPRESSAO,DE USO DOMESTICO
85281290	OUTS.APARS.RECEP.TELEVISAO CORES,MESMO C/APARS.SOM/IMAG
94035000	MOVEIS DE MADEIRA P/QUARTOS DE DORMIR
82029100	FOLHA DE SERRAS RETIL.DE METAIS COMUNS,P/TRABALH.METAIS
82029990	OUTRAS FOLHAS DE SERRAS,DE METAIS COMUNS

Fonte: Confederação Nacional da Indústria (CNI).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, P. R., *Mercosul em sua primeira década (1991-2001): Uma avaliação política a partir do Brasil*, INTAL-ITD-STA, Documento de Divulgação Nº 14. Buenos Aires: BID/INTAL, 2001.

AVERBUG, M. “ARGENTINA: O PLANO DE CONVERSIBILIDADE (1991-2001)”, in Modenesi, A. M., *Regimes Monetários: Teoria e a Experiência do Real*, Editora Manole, 2005.

BERLINSKI, J.; SOUZA, F.E.P; CHUDNOVSKY, D.; LÓPEZ, A. (Coord), *15 años de Mercosur: Comercio, Macroeconomía e Inversiones Extranjeras*. Uruguay: Red Mercosur, 2006.

BID, Banco Interamericano de Desenvolvimento. Relatório Anual, EUA, 2006.

BRICEÑO RUIZ, J., *O MERCOSUL: Reflexões sobre a Crise de seu Modelo de Integração e seu Relançamento*, Brasil, Cadernos PROLAM/USP (ano 6 - vol. 1), 2007, p. 187-209.

CARRERA, J. & STURZENEGGER, F. “Los resultados de la integración en el MERCOSUR”, in Carrera, J. & Sturzenegger, F., *Coordinación de Políticas Macroeconômicas en el MERCOSUR*. México: Fondo de Cultura Econômica. 2000

CASTELLS, M. “*A sociedade em rede*”. São Paulo, Paz e Terra, 1999.

CEI, Centro de Economia Internacional. “Cooperación Macroeconómica en el Mercosur un Análisis de la Interdependencia y una Propuesta de Cooperación”. Argentina, Buenos Aires, 2003.

COHEN, B., “La Política de las Uniones Monetarias”, in Carrera, J. y Sturzenegger, F. (eds.), *Coordinación de Políticas Macroeconômicas en el Mercosur*, Fondo de Cultura Econômica, 2000.

COOPER, R.N. “Economic Interdependence and Coordination of Economic Policies”. Handbook of International Economics, vol. II: 1195-1234, 1985.

CRONEMBERGER MENDES, C., *Efeitos do MERCOSUL no Brasil: uma Visão Setorial e Locacional do Comércio*, Brasil: Relatório IPEA, Texto para Discussão nº 510, 1997.

DE LA CUBA, M.; *et al.* “La coordinación macroeconómica y la cooperación monetaria, sus costos, beneficios y aplicabilidad en acuerdos regionales de integración”, INTAL-ITD, Documento de Trabalho 17. Buenos Aires: BID/INTAL, 2004.

EDWARDS, S. “Real exchange rates, devaluation and adjustment: exchange rate policy in developing countries”. Cambridge: MIT Press, 1988.

FANELLI, J. M. & HEYMANN, D., *Monetary Dilemma: Argentina in Mercosur*. Mimeo, 2002.

FANELLI, J. M., “Coordinación Macroeconómica en el Mercosur. Marco Analítico y Hechos Estilizados”, in Fanelli, J. M. (ed), *Coordinación de Políticas Macroeconómicas en el Mercosur*, Siglo XXI, 2001.

HUGUENEY FILHO, C. & CARDIM, C.H., *Grupo de reflexão prospectiva sobre o Mercosul*. Brasil, Coleção Países e Regiões, 2002.

Informe MERCOSUL. Publicação anual. Argentina: Instituto para a Integração de América Latina e do Caribe BID – INTAL, 1996 a 2008.

KENEN, P. “The Theory of Optimal Currency Areas: Na Eclectic View”, Em Mundell e Swoboda: Monetary Problems in the International Economy. University of Chicago Press, 1969.

KUME, H. *et al*, “Mercosul: o dilema entre união aduaneira e área de livre-comércio”. In *Brasil: Revista de Economia Política* (vol. 25 - nº 4), 2005, p. 370-390.

LAVAGNA, R. & GIAMBIAGI, F. “Hacia la creación de una moneda común: una propuesta de convergencia coordinada de políticas macroeconómicas en el MERCOSUR”, in Carrera, J. & Sturzenegger, F., *Coordinación de Políticas Macroeconómicas en el MERCOSUR*. México: Fondo de Cultura Económica, 2000.

MCKINNON, R. “Optimal Currency Areas”, *American Economic Review*. Nº 53, pp. 717 – 724, 1963.

MUNDELL, R. “A Theory of Optimum Currency Areas”, *American Economic Review*, 51,4, pp. 657 – 665, 1961.

O’CONNEL, A. “The Recent Crisis of the Argentine Economy: Some Elements and Background”, Ankara, METU Conference, 2002.

OBSTFELD, M. and TAYLOR, A. “The Great Depression as a Watershed: International Capital Mobility over the Long Run.” *in* *The Defining Moment: The Great Depression and the American Economy in the Twentieth Century*. Chicago: University of Chicago Press, 353–402, 1998.

Primer Informe Semestral de la Secretaría del MERCOSUR. “UM FOCO PARA EL PROCESO DE INTEGRACIÓN REGIONAL”. Uruguay: Secretaría del MERCOSUR, 2004.

REDRADO, M., LACUNZA, H. & PÉREZ, C., *Convergencia macroeconómica en el Mercosur: Un camino crítico*. Reunión Anual ABA, Buenos Aires, Fundación Capital, 1999.

RIOS, S. P., “Mercosur: Dilemas y alternativas de la agenda comercial”, in *Mercosur: en busca de una nueva agenda*, INTAL-ITD, Documento de Trabalho – IECI – 06c. Buenos Aires: BID/INTAL, 2003.

VALLE-FLOR, M. A., *A Crise Argentina Cooperação e conflito nas reformas económicas: o Governo perante o FMI*, Lisboa, Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento, Estudos de Desenvolvimento n° 8, 2005.

VEIGA, P. M., “Agenda de institucionalización del MERCOSUR: Los desafíos de un proyecto en crisis”, in *Mercosur: en busca de una nueva agenda*. INTAL-ITD, Documento de Trabalho – IECI – 06e. Buenos Aires: BID/INTAL, 2004.

VELLOSO, J.P.R (Org), *O Real e o futuro da Economia*, Brasil: José Olympio Editora, 1995.

WARLEY CANDEAS, A, *Relações Brasil-Argentina: Uma análise dos avanços e recuos*, Argentina, Centro Argentino de Estudios Internacionales, Working Paper N° 17, 2006.

ZAHLER, R. & BYDNEVICH, C. “Integración financiera y coordinación macroeconómica en el MERCOSUR”, in Carrera, J. & Sturzenegger, F., *Coordinación de Políticas Macroeconômicas en el MERCOSUR*. México: Fondo de Cultura Econômica, 2000.